

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A CERÂMICA DE TRADIÇÃO ITARARÉ-TAQUARA (RS/SC/PR) E A DIFUSÃO DAS LÍNGUAS JÊ
MERIDIONAIS: UMA REANÁLISE DOS DADOS**

Jonas Gregorio de Souza

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Sílvia Moehlecke Copé

Trabalho de conclusão apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História. Versão revista e corrigida após ser defendida e aprovada em 14 de Dezembro de 2009.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Martial Pouguet (FURG)

Prof^a. Dr^a. Adriana Dias (UFRGS)

Porto Alegre, 2009.

Agradecimentos

A meus pais, por tudo o que representam, e por sempre incentivarem e proporcionarem meus estudos. A minha querida Fabiana, cujas sugestões, se ouvidas antes, teriam me poupado de muitas das críticas recebidas durante a defesa. A minha orientadora, Sílvia Copé (UFRGS), por ter me iniciado nos estudos de cerâmica arqueológica, e por sempre ter ouvido com atenção e interesse todas as idéias que apresentei. Aos membros da banca, Martial Pouquet (FURG) e Adriana Dias (UFRGS), pelas críticas e sugestões, sempre construtivas, que levarei em conta em minhas pesquisas futuras. A Gislene Monticelli (PUCRS) e Igor Chmyz (UFPR) pela gentileza de disponibilizarem os acervos de suas instituições e pela assistência durante a pesquisa. A todos os que são ou foram meus colegas de laboratório (e de corredor), àqueles que muito me ensinaram, e àqueles com quem espero ter podido compartilhar um pouco do que sei. Em especial, a Marcelo Sanhudo e Avelino Gambim, que há um certo tempo me acompanham como melhores colegas e melhores amigos, e que talvez tenham feito muito mais por mim e por esta pesquisa do que imaginam.

Índice

Introdução	4
Capítulo I	6
<i>As pesquisas arqueológicas no sul do Brasil</i>	6
<i>O conceito “Jê” na lingüística</i>	10
<i>O conceito “Jê” na etnologia</i>	11
<i>Modelos de gênese</i>	12
Capítulo II	17
<i>Metodologia e resultados</i>	17
<i>Conjunto 2</i>	21
<i>Conjunto 3</i>	22
<i>Conjunto 4</i>	23
<i>Discussão</i>	28
Capítulo III	33
<i>Conjunto 2</i>	34
<i>Conjunto 3</i>	36
<i>Conjunto 4</i>	37
<i>Discussão</i>	39
<i>Gênese</i>	41
Conclusão	47
Bibliografia	49
Anexo I: Lista de atributos para análise de cerâmica	56
Anexo II: Tabelas de análise	57

Introdução

Uma das preocupações da pesquisa arqueológica, pelo menos na América, é a associação do passado que se estuda às modernas populações indígenas, o que resulta, por exemplo, na proposta de que fazer arqueologia é fazer “história indígena”. Quando assumimos essa posição, contudo, corremos também um risco: o de cair em um histórico-culturalismo simplista e substituir os “nomes” e “datas” da história positivista por “culturas arqueológicas” sucedendo-se no tempo e se movendo no espaço, finalmente desembocando nos povos atuais, como se estes existissem congelados desde um passado remoto. Mas não é preciso que seja assim: podemos fazer associações diretas com sociedades indígenas atuais e ainda assim atentar para os *processos* de mudança que a arqueologia nos revela, entendendo como essas sociedades se formaram.

Esta não foi a principal motivação deste trabalho. Ele nasceu, em primeiro lugar, da minha paixão pela lingüística histórica (que infelizmente não estará muito presente ao longo do texto), que sempre me levou a desconfiar de muitos dos modelos vigentes de dispersões e difusões na arqueologia. Também nasceu de minha prática de análise de cerâmica arqueológica em laboratório, e dos trabalhos de campo realizados durante toda a minha graduação, quase exclusivamente no Planalto das Araucárias. Assim, de algum modo foi inevitável que eu utilizasse a análise de cerâmica do Planalto para responder a alguma questão sobre a dispersão de línguas – no caso, Jê meridionais. É exatamente nisso que consiste este trabalho.

A questão que me propus é: a difusão da cerâmica (da dita Tradição Taquara ou Itararé) no sul do Brasil coincide com a chegada de falantes Jê? Ou seria resultado de algum outro processo? Considerando os limites de um TCC, busquei respondê-la através de sínteses bibliográficas acrescidas de dados originais, representados pela minha análise de cerâmica do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo faço uma síntese das pesquisas que serviram para consolidar o conceito de uma tradição arqueológica, que optei por chamar de “Itararé-Taquara”, e sua associação aos ancestrais dos Jê meridionais – Kaingang e Xokleng. A definição da família lingüística Jê e as pesquisas sobre as sociedades Jê na antropologia são brevemente revistas. Apresento também neste capítulo os modelos construídos para explicar o surgimento da dita tradição arqueológica, dividindo-os entre os que apostam em

uma evolução local *à la* neolítico, e os que advogam uma migração.

No segundo capítulo, apresento minha análise do material cerâmico arqueológico, proveniente dos três estados sulinos, seu tratamento estatístico e uma delimitação de estilos locais, descrevendo os sítios e as datas a que estão associados. A partir disso, levanto uma breve discussão quanto às teorias da etnicidade, buscando dar conta do significado desses estilos.

Por fim, no terceiro capítulo, sintetizo os dados encontrados em publicações que sugerem diferentes padrões e sistemas de assentamento, cruzando-os com os estilos que delimitei, e quebrando com a homogeneidade que é sugerida por rótulos como “Tradição Taquara”, “Jê do Sul” ou qualquer que seja. Alguns dados paleo-ambientais e relativos à dieta são apresentados, de modo a construir um modelo alternativo, que considera processos de mudança que podemos acessar através da cultura material. Essa é uma lista de questões pontuais a serem respondidas ao longo do trabalho, mas acredito que elas abram espaço para a reflexão quanto à discussão com que abri esta introdução, contribuindo com um caso de estudo, o da formação das sociedades Jê do Sul, sem supô-las imutáveis ao longo de sua trajetória.

Capítulo I

O conceito de Tradição Itararé-Taquara

O objetivo deste capítulo é apresentar uma visão “de cima para baixo” a respeito do fenômeno que pretendo estudar. Isso significa revisar os conceitos que são dados de antemão quando alguém inicia uma pesquisa – a bagagem que limita o que pode ser dito com base nos dados, por mais novos que eles sejam. É preciso deixar explícitos esses (pre)conceitos se se deseja propor algo novo. Portanto, inicio com um breve histórico de como se consolidou o rótulo “Tradição Itararé-Taquara” e de como se passou a associá-lo aos “Jê do Sul” (uma construção da lingüística e da etnologia que também será revisada). Por fim, apresento os modelos de gênese dessa tradição, dividindo-os entre os que seguem pressupostos evolucionistas e os que seguem pressupostos histórico-culturalistas.

As pesquisas arqueológicas no sul do Brasil

Embora se costume marcar o início das pesquisas arqueológicas sistemáticas no Brasil com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), entre 1965 e 1970, algumas palavras devem ser ditas, para o tema que me interessa, sobre o período anterior. Já no final do século XIX existe o registro de cerâmica arqueológica recolhida por Bischoff no litoral norte do Rio Grande do Sul (Rogge 2004). Em 1938, Serrano publica em uma revista chilena o artigo “*Arqueología de las grutas de San Francisco de Paulo – Rio Grande do Sul (Brasil)*”, apresentando a coleção de cerâmica recolhida pelo argentino Juan Kern na região de São Francisco de Paula (P. M. Ribeiro 2000). Por fim, Schmitz, também no litoral norte, batiza a “cerâmica Osório” em 1958 (Schmitz & Becker 2006).

Fora do Brasil, na província argentina de Misiones, o arqueólogo Osvaldo Menghin havia registrado em 1957 a existência de “*túmulos y terraplenes circulares*”, construções de terra monumentais, associadas a uma cerâmica chamada por ele de “Eldoradense”, que julgava ser anterior à ocupação Guarani da região (Araujo 2007).

Esses vestígios eram reunidos meramente como “cerâmica não-Guarani”. A sistematização dos dados só teve início com a implantação do PRONAPA. Coordenado por Betty

Meggers e Clifford Evans, arqueólogos do Smithsonian Institution, E.U.A., o PRONAPA tinha o objetivo de desfazer a situação de “terra incógnita” que era o Brasil em termos de arqueologia (Araujo 2007), através de uma metodologia padronizada: levantamento de um máximo de sítios cujo material seria organizado nas categorias de “fase” e “tradição” (Barreto 1999-2000). Essas categorias tinham origem na taxonomia norte-americana, em que eram utilizadas para organizar o material por similaridade, que se supunha refletir, em parte, diferenças étnicas e, em parte, variações cronológicas (Willey & Sabloff 1974). No vocabulário do PRONAPA, uma “fase” é um conjunto de materiais com características semelhantes e restrito espaço e temporalmente, enquanto uma “tradição” é um conjunto mais amplo e mais duradouro, que agrupa diversas fases – se uma “fase” abrange “o espaço e o tempo de uma tribo indígena”, a “tradição” abrangeria “o espaço e o tempo de uma nação indígena” (Schmitz & Becker 2006). Essas correlações étnicas permitiriam traçar migrações e difusões no passado, dentro dos objetivos do paradigma histórico-culturalista que será discutido no final do capítulo.

É dentro desse contexto que Miller define, em 1967, a “Fase Taquara”, de cerâmica completamente distinta da Guarani, a partir de levantamentos na região dos rios dos Sinos e Maquiné, bem como do litoral nordeste do Rio Grande do Sul (Miller 1967). No mesmo ano, Chmyz define, para a região do rio Paranapanema, no Paraná, a “Fase Itararé”. Em 1968, durante o Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, Chmyz incluiu esta e outras fases não-Guarani do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo dentro de uma mais ampla “Tradição Itararé” (opondo-a a uma outra, a “Tradição Casa de Pedra”, considerada distinta), que se estenderia até Misiones, abrangendo o Eldoradense de Menghin (Noelli 1999). No mesmo Simpósio, Schmitz propôs a denominação “Gê meridional” para a tradição. Isso significava associá-la aos Kaingang e Xokleng, habitantes históricos da região abrangida pela tradição, falantes de línguas da família Jê (como será explicado na próxima seção). Conhecidos como “Coroados” e “Botocudos” no século XIX, esses grupos são os prováveis descendentes dos chamados “Guaianás” e “Gualachos” referidos pelos colonizadores desde o século XVI (Métraux 1946).

Menghin já havia proposto uma associação entre a cerâmica Eldoradense e os Jê meridionais; retomada por Schmitz, essa associação consolidou-se com Miller, que em 1971 publicou novos dados de seus levantamentos na região do alto rio Uruguai e do rio das Antas. Brochado já havia ampliado a “Fase Taquara” para uma “Tradição Taquara” em 1969 (Araujo

2007), e Miller propõe então que se unissem as Tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra, definindo-as expressamente como “pré-Kaingang” (Miller 1971:54). A comparação de Miller Jr. entre a cerâmica arqueológica e a cerâmica Kaingang manufaturada no início do século XX em postos indígenas de São Paulo reforçou essa tese (Araujo 2007).

Um tipo de sítio peculiar associado a essa cerâmica são as casas subterrâneas, cuja pesquisa segue uma trajetória à parte. Sua existência foi notada em 1960, quando o arqueólogo norte-americano Alan Bryan reconhece, em Caxias do Sul, casas similares às dos E.U.A. e Canadá, recomendando sua escavação (Araujo 2007; Schmitz et al. 1988; Schmitz & Becker 2006). Embora Chmyz tivesse se adiantado em escavar uma dessas estruturas em 1962, é somente a partir de 1966 que as pesquisas se aprofundam, através dos trabalhos de Schmitz, La Salvia e outros na região de Caxias do Sul e São Francisco de Paula (Schmitz et al. 1988; Schmitz & Becker 2006). Esses trabalhos permitiram associar a cerâmica das casas subterrâneas à então já definida “Fase Taquara”.

No Planalto de Santa Catarina, região de Urubici, São Joaquim e Bom Retiro, Rohr registrou casas subterrâneas associadas a círculos de terra e montículos muito similares aos descritos por Menghin para a província argentina de Misiones (Rohr 1971). Ambos os tipos de estruturas foram registrados por P. M. Ribeiro em seus levantamentos no Planalto rio-grandense, município de Esmeralda (P. M. Ribeiro & Ribeiro 1985). Quanto ao Paraná, Chmyz localizou casas subterrâneas e aterros cercando montículos no vale do Iguaçu, além de construções circulares em terra no vale do Paranapanema (Chmyz et al. 1968; Chmyz 1968).

Essas pesquisas iniciais tinham como objetivo construir cronologias e determinar rotas de migração e difusão, em um momento em que pouco ou nada se conhecia sobre o assunto. Pesquisas mais recentes têm se concentrado em áreas bem delimitadas, orientando-se por problemáticas específicas. O trabalho de M. J. Reis (2007) abrange o Planalto leste e oeste de Santa Catarina, e se centra na variabilidade de sítios com estruturas subterrâneas, em relação à densidade e ao tamanho das estruturas, buscando correlações funcionais. No Rio Grande do Sul, Saldanha (2005) delinea um sistema de assentamento para a região de Pinhal da Serra, a partir dos trabalhos de escavação em casas subterrâneas, sítios de superfície e aterros circulares com montículos cobrindo sepultamentos cremados, remetendo a variabilidade de sítios a diferenças funcionais dentro do sistema. Nessa mesma linha, em Bom Jesus, Copé (2006) demonstra

diferenças funcionais entre casas subterrâneas de diferentes tamanhos. Ambos os trabalhos sugerem uma hierarquia entre sítios com base em seu tamanho e situação na paisagem. De Masi (2006) apresenta conclusões similares para o vale do rio Canoas, em Santa Catarina, além de sugerir estratificação social a partir de diferenças no tratamento dos mortos.

Com base nos dados levantados pelo PRONAPA, aos quais se acrescentam os trabalhos mais recentes, foram tentadas algumas sínteses. Algumas delas contam com descrições detalhadas das inúmeras fases, com especificação dos sítios, datas e características da cerâmica e do lítico (Beber 2004; Schmitz 1988; Schmitz & Becker 2006).

Todas as sínteses parecem concordar em um ponto: o fato de que as Tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra representam um mesmo fenômeno, que se estenderia por uma vasta região, ocupando o planalto, a encosta e o litoral dos estados sulinos, chegando até a província argentina de Misiones (P. M. Ribeiro 2000; Schmitz 1988; Beber 2004; Araujo 2007; Noelli 1999). Araujo (2007) considera pequenas demais as diferenças entre as cerâmicas das tradições para tratá-las separadamente, propondo o rótulo “Itararé-Taquara” (que adotarei ao longo da monografia) para designar o conjunto. Além disso, o autor leva em consideração outras características, como a associação com casas subterrâneas, aterros e montículos. Noelli (1999) critica a proliferação de rótulos como mero reflexo da vaidade de pesquisadores ávidos por batizar novas fases, apostando na unidade da tradição, que prefere chamar de “Jê do Sul”. Este é outro aspecto a que todas as sínteses se reportam: a continuidade entre a Tradição Itararé-Taquara e as parciais Jê do Sul, representadas pelos Kaingang e Xokleng. A coincidência dos territórios, as menções no século XVI a grupos “Guaianás” ainda vivendo em casas subterrâneas (J. A. Reis 1997), aos “Gualachos” cremando seus mortos e sepultando-os sob montículos no século XVII (Montoya in Veiga 2007)¹, ao uso de montículos funerários pelos Kaingang ainda no século XIX (Métraux 1946), bem como a existência de datas tardias para a tradição arqueológica (ver figuras 6, 7 e 8) reforçam a hipótese de continuidade.

O conceito Jê é originário tanto da lingüística – onde designa uma família de línguas aparentadas – quanto da etnologia – onde designa um tipo de organização social. Entender o que esse conceito significa e como se construiu nessas disciplinas é importante para compreendermos

¹ Nesta referência, fica claro, através de umas poucas frases coletadas por Montoya, que os Gualachos aldeados no Guairá falavam uma língua Jê meridional, aparentada ao Kaingang e ao Xokleng, conforme notado por D’Angelis (2003).

como os arqueólogos passaram a utilizá-lo, pois este teve um papel fundamental na incorporação de uma explicação histórico-culturalista à evolucionista na questão das origens da Tradição Itararé-Taquara (visto que o evolucionismo permaneceu como “ruído de fundo” das explicações).

O conceito “Jê” na lingüística

A lingüística histórica ou comparativa nasce como disciplina quando se reconhece o parentesco do Sânscrito com as antigas línguas européias, no final do século XVIII. Desde então, esse campo de estudo tem se dedicado a demonstrar as relações entre diversas línguas do globo, agrupando-as em *famílias* e *troncos* lingüísticos a partir de comparações sistemáticas (Crystal 2002; Haas 1969; Renfrew 1987).

No final do século XIX, Martius (1867) – que havia percorrido o interior do Brasil com Spix no início do século, como parte da Missão Austríaca – reconhece a existência de uma família lingüística que denomina “Gê”, agrupando diversas línguas do sertão brasileiro. Mesmo que sua classificação seja hoje inválida, foi um primeiro passo no reconhecimento de semelhanças entre as línguas do Brasil central. A partir de então, outros pesquisadores se debruçaram sobre a questão, mas a primeira comparação sistemática entre as línguas Jê foi feita por Davis (1966), que demonstrou não só a unidade da família, como o pertencimento do Kaingang a ela. O Kayapó e o Xavante são membros conhecidos da família e, assim como o Kaingang, formam algumas das maiores comunidades de falantes de línguas indígenas no Brasil. Uma classificação recente e completa das línguas Jê pode ser encontrada em E. R. Ribeiro (2006), e um mapa de sua distribuição pode ser encontrado em Urban (1992).

Se partirmos do pressuposto de que a área com maior diversidade lingüística dentro da família é seu ponto de origem, as línguas Jê teriam se dispersado a partir de algum lugar do Brasil central, provavelmente entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia (Urban 1992). Já se supôs que seria possível datar de forma absoluta a separação entre as línguas de uma família comparando-se o percentual de vocabulário compartilhado – método conhecido como glotocronologia, hoje em desuso entre os lingüistas (Crystal 2002). Deve-se, portanto, tomar a data proposta por Urban (1992) de 3.000 AP para a separação do ramo meridional das línguas Jê (Kaingang e Xokleng) como apenas uma hipótese.

O conceito “Jê” na etnologia

A atenção para as sociedades indígenas do Brasil central (em sua maioria falantes de línguas Jê) foi despertada, na etnologia, por Curt Nimuendajú (1946), em sua monografia sobre os grupos Timbira. Um dos aspectos descritos por Nimuendajú para essas sociedades – a divisão das aldeias em “metades” – foi o tema de Lévi-Strauss (2003) no célebre “As organizações dualistas existem?”. Através de uma comparação entre a organização social Bororo e Timbira, Lévi-Strauss procura demonstrar que seus sistemas de metades são ideologias que mascaram uma realidade mais complexa.

O fato é que as sociedades do Brasil central chamavam a atenção dos etnólogos também por outros motivos, como a disparidade entre a complexidade de sua organização social (proliferação de metades, ciclos rituais elaborados) e a simplicidade tecnológica desses grupos (Lowie 1946). Esse descompasso gerou suposições de que os Jê seriam a forma degenerada de uma sociedade complexa emigrada, ou de que teriam recebido influências de sociedades mais complexas (Maybury-Lewis 1979). Para refutar essas hipóteses, e para responder às indagações de Lévi-Strauss, foi organizado na década de 1960 o *Harvard Central Brazil Project*. Os resultados das pesquisas entre os Kayapó, Xavante, Apinayé, Timbira e Bororo foram sintetizados na obra “*Dialectical Societies*”, de Maybury-Lewis (1979), em que se definiu o tipo social “Jê-Bororo” – residência uxorilocal, divisão do grupo em metades (que podem ou não ser exogâmicas), oposição no plano da aldeia entre o círculo das casas e o pátio central onde se realizam os rituais (prerrogativa essencialmente masculina), entre outras características.

Os Kaingang do Brasil meridional ficaram de fora do projeto, por acreditar-se, na época, que estariam “descaracterizados”, úteis apenas a pesquisas sobre o contato (Fernandes et al. 1999; Silva 2001). Aparentemente, passou despercebido o trabalho de Nimuendajú (1993[1913]), que descreve um sistema de metades exogâmicas ainda vigente entre os Kaingang. Trabalhos recentes focados na organização social e na cosmologia desse grupo, especialmente quanto a seu sistema de metades e a seu rito funerário, permitem perceber claros correlatos com o Brasil central, inserindo os Kaingang dentro do contexto das sociedades Jê-Bororo (Fernandes et al. 1999; Veiga 2000; Silva 2001).

Modelos de gênese

A ampliação do conhecimento lingüístico e etnológico sobre os Kaingang, e em menor medida sobre os Xokleng, permitiu identificá-los como falantes de línguas Jê e como possuindo uma organização social de tipo Jê-Bororo. A arqueologia, por sua vez, adotou o rótulo “Jê do Sul” como sinônimo de “Tradição Itararé-Taquara”, uma vez que esta se encontra dispersa pela mesma área ocupada pelos grupos etno-históricos, e a correlação entre ambos é plausível. Já mencionei que Menghin foi o primeiro a propor essa correlação, mas como o arqueólogo argentino explica o surgimento da cerâmica Eldoradense? Para Menghin, esta seria resultante de um processo de “neolitização” pelo qual teriam passado as populações de tradição lítica Altoaranaense (Araujo 2007; Noelli 1999). Não havia contradição no pensamento de Menghin, que remonta a uma época em que não se havia consolidado a classificação dos Kaingang e Xokleng como “Jê”, advogando-se uma origem autóctone para eles (Noelli 1999).

Na arqueologia brasileira, esse foi o modelo adotado por Schmitz e Ribeiro, apenas ajustando os rótulos para “Humaitá” e “Taquara”. O principal argumento adotado é a continuidade nas indústrias líticas da Tradição Humaitá para a Taquara. Schmitz expressamente menciona uma “modernização” de populações pré-ceramistas que teria desembocado na adoção da cerâmica e dos cultivos, questionando-se apenas se esta teria ocorrido de forma autônoma ou por influência de outros grupos (Schmitz 1988). Já se pensou que a cerâmica Taquara e o processo de “neolitização” do Planalto haviam sido desencadeados por contato com grupos Tupi-Guarani, embora essa explicação tenha sido rejeitada por Schmitz por uma questão de cronologia (Schmitz & Becker 2006; Rogge 2004). Atualmente, o autor aposta em uma origem autônoma para a cerâmica Taquara no Rio Grande do Sul, explicando sua difusão por “sucessivas colonizações do grupo que primeiro se conseguiu modernizar” ou por “modernizações de contingentes mais atrasados” (Schmitz & Becker 2006:86).

Ribeiro, como Schmitz, aposta em uma origem autóctone para a Tradição Taquara, a partir da Tradição Humaitá (pré-cerâmica), apontando também a similaridade do lítico de ambas. O esquema de Ribeiro é explicitamente referido a Menghin, apenas substituindo os rótulos, e acrescentando que a cerâmica foi adotada por difusão a partir da Tradição Vieira. Segundo o autor, as populações da Tradição Humaitá “[e]m torno de 1.800 AP adotam a cerâmica, passando a denominar-se Tradição Taquara” (P. M. Ribeiro 2000).

O que está implícito nos modelos de Menghin, Schmitz e Ribeiro é um quadro evolucionista unilinear: todas as sociedades devem passar por certo número de “estágios”, do mais simples ao mais complexo, que ainda poderiam ser observados – por exemplo, das sociedades aborígenes australianas até a Europa ocidental, ápice da civilização (Trigger 2004). Era lógico, portanto, que uma sociedade caçadora-coletora “evoluisse” para uma sociedade agricultora e ceramista. O evolucionismo de Schmitz, por exemplo, fica óbvio no uso dos termos “modernização” e “atraso” pelo autor.

Modelos diferentes do evolucionista são apresentados por Araujo, Noelli e Brochado. Para Araujo (2007), a origem da cerâmica Itararé-Taquara deve ser buscada fora da região sul, uma vez que essa tradição pode ser associada a falantes de línguas Jê, cuja difusão se deu a partir do centro-oeste. Os “portadores” da cerâmica Itararé-Taquara teriam, no modelo de Araujo, se diferenciado dos “portadores” da Tradição Una em algum ponto ao norte de São Paulo, de onde teriam migrado para o sul. O modelo esbarra em alguns problemas, como a falta de pesquisas nesse Estado e a existência de datas mais antigas no Rio Grande do Sul (o que o autor atribui ao maior número de pesquisas). Araujo também se mantém preso a alguns pressupostos evolucionistas, argumentando que a origem da cerâmica Itararé-Taquara não poderia estar no sul porque “a cerâmica típica da tradição já surge nos estados sulinos de forma extremamente bem elaborada” (2007:18-19).

Noelli (1999) apresenta um modelo semelhante. Para o autor, o isolamento do PRONAPA em relação às demais ciências sociais fez com que este se desligasse do panorama americanista mais amplo, ignorando, por exemplo, as pesquisas que inseriam as populações Jê meridionais – Kaingang e Xokleng – dentro do contexto do Brasil central. Um dos resultados desse isolamento acadêmico, para Noelli, foram as teorias sobre origem autóctone da Tradição Itararé-Taquara. O autor propõe, assim, um cenário de migração a partir do Brasil central como origem da cerâmica dessa tradição e da gênese dos grupos Jê meridionais.

Esses trabalhos de síntese na verdade prestam tributo à tese de Brochado (1984). Já desligado do PRONAPA, o pesquisador propôs um cenário de difusão da cerâmica pela América do Sul oriental a partir da Amazônia. Todas as tradições ceramistas arqueológicas remontariam apenas a dois estilos: a Tradição Policrômica e a Tradição Pedra do Caboclo, originadas na Amazônia cerca de 3.000 a.C. Enquanto a Tradição Policrômica teria dado origem à Tradição

Tupiguarani, da Tradição Pedra do Caboclo teriam derivado, entre outras, as Tradições Una, Aratu e Itararé-Taquara. O estilo Pedra do Caboclo teria se difundido a partir da adoção de cerâmica por populações pré-ceramistas, sendo as diferentes tradições resultantes de invenção de novas formas ou adaptação de certas formas às diferentes necessidades alimentares dos grupos. No período colonial, estes seriam os falantes de línguas do tronco Macro-Jê², o que indica que a difusão do tronco foi anterior à difusão da cerâmica, vindo Brochado sua origem na separação entre as tradições líticas Itaparica e Humaitá.

Tais modelos podem ser enquadrados como histórico-culturalistas, independente da orientação que seus autores pretendam seguir. Partem de um conceito de cultura que, na antropologia, originou-se com Boas: cada cultura seria uma entidade única, determinada por sua história particular. A cultura é vista como conservadora, sendo a mudança ocasionada por difusão de idéias: assim, ao contrário do evolucionismo, a explicação para a mudança cultural não é mais “lógica”, mas “histórica”. Na arqueologia, o conceito de “cultura arqueológica” pressupunha um conjunto material circunscrito geográfica e temporalmente, equivalente às culturas etnográficas, ou seja, a modos de vida de povos específicos transmitidos de geração a geração. Qualquer mudança no registro arqueológico era explicada pela migração de um novo povo: o arqueólogo alemão Gustav Kossinna, por exemplo, pretendia rastrear as migrações Indo-Européias a partir da localização de culturas arqueológicas que identificava por rótulos étnicos – “eslavos”, “germânicos”, “celtas” (Trigger 2004; Jones 1997).

O enfoque de Kossinna, chamado de “enfoque histórico direto”, é o mesmo adotado por Brochado, que admite que “a distribuição lingüística sugere história cultural” (Steward in Brochado 1984:214). A partir da conexão entre tradições arqueológicas e famílias lingüísticas, Brochado busca reconstruir a historicidade étnica dos grupos, remontando cada vez mais longe no tempo. Traçar migrações de grupos étnicos (como se esses fossem estáticos) não é a única coisa que aproxima Brochado do enfoque histórico-cultural: sua enorme síntese da história cultural da América do Sul oriental é semelhante às produzidas na arqueologia norte-americana, em que a construção de “sínteses regionais” era um dos principais objetivos (Willey & Sabloff 1974).

² Em lingüística histórica, “tronco” é uma unidade mais ampla, de maior profundidade temporal que a “família”. A existência de um tronco Macro-Jê, anteriormente apenas hipotético, é hoje demonstrável. Nele se incluem, além da

Os modelos de Araujo e Noelli seguem a mesma linha: uma “essência” Jê é vista se movendo desde o Brasil central até o sul, em uma migração que explica a difusão da cerâmica Itararé-Taquara. Língua, etnicidade e cultura material são vistas como tendo necessariamente que coincidir, de forma que é a migração de um novo “povo” que explica mudanças no registro arqueológico. Em outras palavras, a variabilidade artefactual possui significado étnico.

É muito difícil livrar-se desses pressupostos. Um exemplo de como isso pôde ser feito na arqueologia européia é o trabalho de Renfrew (1987) sobre a expansão das línguas Indo-Européias. A família lingüística Indo-Européia foi a primeira a ser estabelecida, já no século XVIII, quando se reconheceu o parentesco do Sânscrito com o Latim, o Grego e as línguas Germânicas. Postulou-se que a dispersão da família teria se dado a partir da Ásia ocidental, talvez das estepes russas, de onde poderia expandir-se tanto para a Europa quanto para a Índia. Na arqueologia, o modelo tradicional via na difusão da cerâmica *Corded Ware* no leste europeu cerca de 3.000 a.C. e na difusão da cerâmica *Beaker* na Europa ocidental cerca de 2.600 a.C. o reflexo material das migrações Indo-Européias (Crystal 2002; Renfrew 1987).

Trata-se de um modelo histórico-culturalista em que o aparecimento de um novo estilo cerâmico é imediatamente remetido à presença de novos povos migrantes. Renfrew dá um significado diferente à variabilidade artefactual: surgidas primeiramente em contexto funerário, as cerâmicas *Beaker* e *Corded Ware* seriam resultado da crescente interação entre as comunidades e do desenvolvimento de uma ideologia comum (Renfrew 1987). Reduzindo a escala, o autor analisa o caso “Celta”: esse rótulo foi utilizado para nomear povos “bárbaros” na fronteira romana, mas também se refere a um ramo das línguas Indo-Européias e a uma cultura arqueológica – também conhecida como *La Tène*. Uma associação simplista resultou no modelo de expansão das línguas – e conseqüentemente dos “povos” – Celtas a partir do centro-sul da Europa, onde se localiza a cultura *La Tène*, fazendo coincidir língua, etnicidade e cultura material, em uma fórmula positivista hoje desacreditada:

“Por celtas eu me refiro a pessoas que falavam um dialeto celta, não a pessoas que sepultavam seus mortos em campos de urnas ou possuíam espadas com forma foliada ou qualquer tipo de cerâmica. A língua é o teste” (Dillon in Renfrew 1987:225).

As críticas de Renfrew são também apropriadas para o caso da Tradição Itararé-Taquara, portanto as tomo como fechamento, a fim de abrir caminho para a próxima etapa. Agora que explicitarei os (pre)conceitos que se impõem ao pesquisador iniciante, farei o exercício de abandonar os pressupostos evolucionistas e histórico-culturalistas, deixando de lado conotações étnicas, e passarei a explorar os dados arqueológicos que serviram à construção da Tradição Itararé-Taquara – um olhar “de baixo para cima”.

Capítulo II

Pensando a partir das coisas

O título deste capítulo é um plágio e uma homenagem à obra de Alison Wylie (2002), que, citando Shanks e Tilley, recomenda ao arqueólogo que seja *empírico* sem ser estritamente *empiricista*. Isso significa saber explorar ao máximo os dados arqueológicos e, ao mesmo tempo, ter em mente que estes só adquirem sentido na interpretação do arqueólogo. É freqüente que, a uma certa altura, os conceitos sejam de tal forma reificados que se tornam o centro das discussões, em detrimento dos dados que serviram a sua construção. Os conceitos são eficazes se estivermos conscientes do que eles realmente são: tipos ideais úteis para ordenar a realidade. Araujo (2007) e Noelli (1999), em suas sínteses, discutem mais os conceitos etnológicos (“Jê”) e arqueológicos (“Tradição Itararé-Taquara”) do que os dados em si, que ocupam pouco espaço em suas interpretações.

Meu trabalho cairia no mesmo gênero se eu não levasse a cabo o que Noelli recomenda: “re-analisar e re-interpretar as coleções arqueológicas depositadas nos museus e laboratórios” (1999:286-287). Fazer isso é lançar um olhar “de baixo para cima”, em contraponto ao capítulo anterior, de modo que aqui discutirei o *fenômeno* a partir do qual os conceitos arqueológicos antes apresentados foram construídos, apresentando minha análise de coleções de cerâmica Itararé-Taquara abrigadas em diferentes instituições.

Metodologia e resultados

Era evidente que eu não poderia utilizar a mesma metodologia seguida até então. O PRONAPA, e boa parte dos pesquisadores que se dedicaram a estabelecer fases, seguiam o método proposto por Meggers & Evans (1970): a seriação, nascida da necessidade de ordenamento cronológico no paradigma histórico-culturalista. A seriação consiste na contagem da freqüência de certos atributos em um número suficientemente grande de fragmentos cerâmicos do mesmo sítio, e na montagem de gráficos com base nessas freqüências. Conforme se interceptassem gráficos produzidos para diferentes sítios, seria possível ordená-los cronologicamente – isso se os atributos tivessem sido adequadamente selecionados. Na maioria

das vezes, consistiam nas diferentes decorações ou, quando estas estavam ausentes, no antiplástico ou algum outro atributo isolado. Essa é uma simplificação, proposta por Ford para a arqueologia norte-americana, do método seguido por Petrie no Egito, que consistia em seriações de tipos de vasilhas e de suas combinações em cada contexto arqueológico (Trigger 2004; Willey & Sabloff 1974).

Essa abordagem artificialista – que pretende “tratar a cultura artificialmente separada dos seres humanos” (Meggers in Noelli 1999:285) – foi adequadamente comparada por Arnold a “rasgar um dicionário e tentar reconstruir sua organização sem reconstruir as páginas” (1988:5). Não apenas os atributos são tratados isoladamente, como se supõe que sua variabilidade é unicamente cronológica. Arnold (1988) propõe, portanto, dois procedimentos durante a análise que poderiam quebrar com a visão artificialista: primeiro, levar em consideração o artefato tal como existia para os artesãos do passado, ou seja, em sua forma completa (ou reconstituída); segundo, levar em consideração o contexto de uso da cerâmica. Isso significa aceitar que não é um atributo isolado que nos dará informações sobre as técnicas passadas, mas a maneira como vários atributos aparecem combinados em uma forma específica de vasilha. Também significa aceitar que sítios com funções diferentes apresentarão conjuntos de vasilhas diferentes, removendo a cronologia como única explicação para a variabilidade artefactual.

Tendo isso em mente, busquei coleções de cerâmica identificadas como Itararé-Taquara contendo perfis completos a partir dos quais eu poderia reconstituir as formas das vasilhas; com essa classificação prévia, seria possível prever a forma a partir de fragmentos diagnósticos, como as bordas, a fim de ampliar a amostra. Meu objetivo era abandonar momentaneamente as classificações tradicionais (em tradições e fases) e seguir uma abordagem próxima da de Robrahn-González (1996), em que as unidades de análise passam a ser os sítios, entendidos como comunidades locais no passado. Informações sobre os sítios, coletadas de diversas fontes durante meu envolvimento com o tema, permitiriam determinar se a variabilidade observada possuiria significado funcional, e para não excluir a priori a possibilidade de significado cronológico, era necessário que pelo menos para alguns dos sítios houvesse datas disponíveis.

Em três instituições localizei coleções que cumpriam esses pré-requisitos: o Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPArq) da UFRGS, o Centro de Estudo e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da PUCRS e o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da UFPR. Do Rio

Grande do Sul, selecionei os sítios RS-PE-12, RS-PE-22, RS-139, RS-UP-255, RS-UP-256, RS-AN-03, RS-A-2, T131 e sítios do litoral norte. De Santa Catarina, um único sítio, SC-AG-40, foi selecionado. Do Paraná, selecionei os sítios PR-FI-145, PR-SA-8, PR-MR-39, PR-UV-17, PR-CT-93 e PR-BS-2. Estão incluídos nessa seleção sítios de casas subterrâneas e sítios superficiais de diferentes tamanhos.

A análise de cada vasilha (entendendo-se aqui as reconstituições) levou em consideração as seguintes classes de atributos: antiplástico, técnica de manufatura, queima, forma, contorno, estrutura, forma da borda, presença de reforço de borda, forma do lábio, presença e tipo de decoração plástica, localização da decoração plástica, presença e tipo de marcas de uso (Shepard 1956; Rice 1987; Skibo 1992). Ao todo, foram analisadas 186 formas (entre vasilhas completas, perfis e fragmentos diagnósticos). Finda a análise da cerâmica, foi utilizado o software *PAST* para o tratamento dos dados. Optei pela análise multivariada, que permite considerar combinações de atributos e definir quais são as combinações estatisticamente relevantes, ao invés de se basear em variáveis subjetivamente escolhidas pelo pesquisador (Robrahn-González 1996). A técnica escolhida foi a da análise de *clusters*, utilizando-se o método de grupos-pares e medida de distância Euclidiana. Como resultado, foi obtido um gráfico com quatro conjuntos bem delimitados (figura 1).

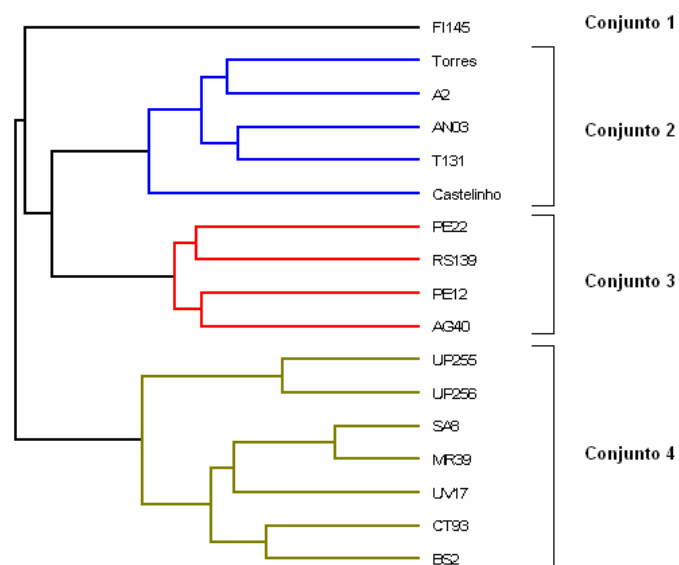


Figura 1: Conjuntos delimitados pela análise multivariada dos atributos da cerâmica. Obtido com o software *PAST*.

O conjunto 1, como se pode ver, é representado por apenas um sítio, PR-FI-145. Trata-se também do único sítio classificado, dentro das categorias tradicionais, como pertencente à Tradição Casa de Pedra. Na tentativa de síntese de Chmyz, como foi rapidamente notado no primeiro capítulo, a Tradição Casa de Pedra ficava de fora de sua abrangente Tradição Itararé. Conotações étnicas diretas eram dadas a essa divisão, uma vez que Chmyz (1979) sugeria que a Tradição Casa de Pedra representaria a ocupação Kaingang em período pré-colonial, ao passo que a Tradição Itararé estaria ligada aos ancestrais dos Xokleng – posição mantida pelo pesquisador ainda hoje (com. pessoal 2009). Não me proponho atribuir rótulos étnicos aos conjuntos, mas o fato de o sítio PR-FI-145 aparecer isolado no gráfico, somado ao fato de incluir cerâmica “neo-brasileira” (Chmyz 1979) me leva a excluí-lo da análise que segue.

Resta explicar o que diferencia os demais conjuntos. Alguns atributos são surpreendentemente homogêneos: trata-se do antiplástico, da técnica de manufatura e da queima. O antiplástico ou tempero consiste em inclusões misturadas à argila com a finalidade de, substituindo as partículas de água, reduzir sua plasticidade, facilitando a manipulação e evitando que a vasilha se quebre durante a queima. Ainda que muitos materiais se prestem a essa função, todas as vasilhas analisadas possuíam antiplástico mineral, na forma de grãos de quartzo, calcedônia, hematita, mica e feldspato. Em poucos casos, o tamanho e a densidade dos grãos davam à pasta uma textura áspera – casos em que o antiplástico foi chamado de “mineral grosso”. Dependendo do conjunto, entre 82% e 89% das vasilhas possuíam “mineral fino” como antiplástico.

A única técnica de manufatura observada durante a análise foi o roletado ou acordelado, que consiste na sobreposição de roletes de argila a fim de dar forma à vasilha. Contudo, essa técnica foi registrada apenas quando era evidente, especialmente pelo padrão de fratura (na forma de fraturas paralelas que sugerissem a junção dos roletes). O número de casos em que a técnica não era identificável em alguns conjuntos chegou a 73%, o que me leva a supor, como Saldanha (2005) e Parellada (2008), que a técnica de *paddle-and-anvil*, em que o acabamento da vasilha era dado percutindo-se a peça, pode ter sido responsável por mascarar os roletes.

Durante a queima, após o momento inicial de desidratação em que a argila perde a plasticidade e se torna cerâmica, seus componentes em contato com o oxigênio do ar passam pelo

processo de oxidação, dando à vasilha uma coloração clara. Esta reação ocorre gradualmente e depende da duração da queima, da quantidade de combustível e da temperatura (isto tudo determina se há oxigênio circulando ou se todo ele está sendo consumido pelo fogo). Dependendo do conjunto, entre 70% e 82% das vasilhas analisadas estavam oxidadas de forma incompleta, restando um núcleo escuro visível na quebra. Isso significa que, embora houvesse circulação de oxigênio durante a queima, esta não durou tempo suficiente para que todos os componentes de carbono na argila reagissem com o oxigênio.

Portanto, o que diferencia os conjuntos não são os atributos considerados tecnológicos ou invisíveis, e sim os atributos estilísticos ou visíveis (Carr in Parkinson 2006)³. A combinação fundamental na distinção dos conjuntos é entre forma, contorno, estrutura e presença de reforço de borda. Vejamos agora as características das indústrias de cada um dos conjuntos, bem como os sítios e a cronologia a que estão associados.

Conjunto 2

O tipo mais freqüente neste conjunto é representado por vasilhas cilíndricas, simples, não restringidas e com borda reforçada externamente (figura 2). A decoração plástica é freqüente, cobrindo todo o corpo da vasilha, e ocorre na forma de impressões de cestaria, ponteados, estocados, pinçados e ungulados. Quanto à função dessas vasilhas, é possível predizê-la a partir da relação entre atributos formais (dos quais a forma, o diâmetro da abertura, a presença de constrição e o volume são os mais importantes) – o que se denomina *função inferida* (Rice 1987) – embora a *função real* só possa ser deduzida a partir de evidências como as marcas de uso: presença de fuligem, de restos de alimentos, abrasão, entre outros (Skibo 1992). O fato de o tipo mais freqüente no conjunto 2 apresentar forma cilíndrica, contorno simples e abertura não restringida, facilitando o acesso ao interior, sugere seu uso em atividades de preparação de alimentos. Isso seria de se esperar, uma vez que as vasilhas utilizadas nessas atividades são as que se quebram com mais facilidade, exigindo substituição, de modo que são as mais freqüentemente encontradas no registro arqueológico. As marcas de uso associadas a vasilhas

³ Contudo, é importante notar que optei por categorias muito gerais na análise dos atributos tecnológicos, a fim de tornar comparáveis coleções muito distantes geograficamente. Isso resultou, entre outros problemas, na grande proporção de “não-identificáveis” – também devido à ausência de técnicas de análise como radiografia, que

para preparação de alimentos são a fuligem em seu exterior e os restos carbonizados em seu interior, além de marcas de abrasão. De todas as vasilhas que se enquadravam no tipo representativo do conjunto 2, cerca de 42% apresentavam marcas de uso, a maioria na forma de fuligem externa (75%), embora houvesse também casos de restos de alimentos no interior da peça (25%). Vasilhas abertas em meia-calota ou restringidas ovóides também aparecem nesse conjunto, embora em proporções muito menores; é possível que estivessem ligadas à estocagem e ao consumo de alimentos.

Neste conjunto está incluído o sítio RS-AN-03, localizado em Bom Jesus, composto por quatro casas subterrâneas, uma delas muito maior do que as demais, com cerca de 18m de diâmetro. Uma das casas pequenas, escavada na totalidade, revelou apenas estruturas e refugio domésticos, ao passo que a casa maior apresentava cinco fogueiras em semi-círculo. Copé (2006) sugere uma função comunal para a casa maior. Foi encontrado um número considerável de áreas de atividade externas às casas. O conjunto também inclui o sítio de casas subterrâneas RS-A-2 (IPHAN), a cerâmica Itararé-Taquara de um sítio Guarani (T131) na encosta do planalto (Jacques 2007) e sítios do litoral norte do Rio Grande do Sul. A maioria dos sítios do litoral norte é constituída por ocupações pequenas e efêmeras, em concheiros ou às vezes como reocupação de sambaquis (Schmitz et al. 1988; Rogge 2005; Miller 1967).

Em termos de cronologia, o conjunto é duradouro: considerando a data mais antiga do sítio RS-A-2 (1515 ± 105 AP) e a mais recente do sítio RS-AN-03 (370 ± 50 AP), temos um período entre 432 e 1626 cal. A.D.

Conjunto 3

O tipo mais freqüente do conjunto 3 consiste em vasilhas cilíndricas, infletidas, não restringidas e sem reforço de borda (figura 3). A decoração é pouco freqüente, mas quando ocorre é, em sua maioria, na forma de incisões em uma faixa junto ao ponto de inflexão. As características morfológicas dessas vasilhas permitem inferir sua função na preparação de alimentos: formas abertas, com uma leve inflexão (mas sem ângulos) e base arredondada são propícias para tais atividades, transmitindo mais facilmente o calor. Em 44% dessas vasilhas foi

permitiram, por exemplo, identificar métodos de manufatura não identificáveis a olho nu (Parellada 2008). Não descarto, portanto, que uma análise tecnológica mais detalhada venha a revelar diferenças que não considerei.

possível observar alguma marca de uso que confirmasse essa inferência, sendo a maioria na forma de fuligem externa (93%) e poucos casos em que, além de fuligem, havia restos carbonizados no interior da peça (6%). Formas esféricas (restringidas ou não), restringidas ovóides e em meia-calota também fazem parte do conjunto, sugerindo atividades de estocagem, consumo ou preparação de alimentos específicos.

O sítio SC-AG-40, incluído no conjunto, é um amplo e denso sítio de superfície, com oito concentrações de material, algumas das quais com estruturas de fogueiras. Pelas características do refugio, pode-se supor que as concentrações representam áreas domésticas (Saldanha 2005). Já os sítios RS-PE-12 e RS-PE-22 representam sítios de superfície com concentrações menores, permitindo em ambos os casos delimitar apenas uma estrutura doméstica, ao redor de uma fogueira, no primeiro caso, e cercada por buracos de poste, no segundo (Saldanha 2005). Por fim, um sítio de casas subterrâneas (RS-139) vem somar-se à variabilidade apresentada por este conjunto.

Quanto à cronologia, as datas obtidas para os sítios RS-PE-12 (460 ± 40 AP) e SC-AG-40 (180 ± 50 AP) sugerem que o conjunto atingiria no mínimo 1417 cal. A.D., podendo se estender até o período colonial (Saldanha 2005). Contudo, a descrição e as fotos de cerâmica da “fase Guatambu” publicadas por Miller (1971) me fazem crer que o sítio RS-P-12, datado de 1810 ± 50 AP (89 a 329 cal. A.D.), se enquadraria neste conjunto, que teria, portanto, uma profundidade temporal muito maior.

Conjunto 4

Este conjunto é caracterizado por uma alta frequência de vasilhas ovóides, infletidas, restringidas e com borda reforçada externamente (figura 4). Praticamente não há decoração plástica, com exceção de algumas vasilhas do sítio PR-UV-17, em que aparecem estocados, ponteados e impressões, estando a decoração restrita a uma faixa logo abaixo da borda. Atribuir função às vasilhas representativas do conjunto 4 é mais difícil. Sua forma ovóide e sem ângulos é compatível com o uso na preparação de alimentos, embora a alta frequência de bases planas e côncavas, bem como de constrições que dificultam o acesso ao interior, contradizem essa hipótese. De fato, apenas 25% das vasilhas apresentavam alguma marca de uso, como fuligem externa (54%), fuligem combinada a restos carbonizados no interior (33%) ou apenas restos de

alimentos (12%). É importante observar que esse conjunto apresenta uma diversidade morfológica muito menor que os anteriores, o que torna provável que uma mesma forma tenha sido manufaturada tendo em vista uma multiplicidade de funções. Além disso, o uso da mesma vasilha para diferentes funções é bastante comum, uma observação que deve ser levada em conta também para os conjuntos anteriores. Seja como for, os sítios do conjunto 4 também apresentam algumas vasilhas abertas em meia-calota, cuja função sugerida é em atividades de consumo.

O sítio PR-SA-8, incluído no conjunto, é um pequeno sítio lito-cerâmico de superfície, com material disperso em uma área sem estruturas de fogueira ou buracos de poste (Chmyz et al. 2006). O sítio PR-MR-39, por sua vez, é um sítio de superfície grande, com duas concentrações de material arqueológico delimitadas (Chmyz et al. 2006). Outro sítio de superfície que foi incluído no conjunto é o PR-BS-2, também um sítio de dimensões consideráveis, que apresentou, na área de maior densidade de material, quatro sepultamentos, várias estruturas de fogueira e buracos de poste, além de restos alimentares na forma de conchas de moluscos (Chmyz et al. 1999). O sítio PR-CT-93 é constituído de uma casa subterrânea, ao redor da qual se encontrava material em superfície. A casa em si apresentou 13 camadas de ocupação, todas com estruturas de fogueira (Chmyz et al. 2003). Por fim, a variabilidade do conjunto é alargada pelo sítio PR-UV-17, um sítio lito-cerâmico em abrigo sob rocha, cujas paredes apresentavam gravuras em linhas e pontos (IPHAN).

A data mais antiga para o conjunto é proveniente do sítio PR-UV-17 (1475 ± 65 AP), e a mais recente provém do sítio PR-CT-93 (680 ± 70 AP), abrangendo um período entre 538 e 1391 cal. A.D. (Chmyz et al. 2003, 2009). Contudo, se incluirmos a datação do sítio PR-UV-38, cujas características o enquadrariam neste conjunto, atingiríamos o período colonial, no mínimo desde o século XVII A.D. (Chmyz et al. 2009).

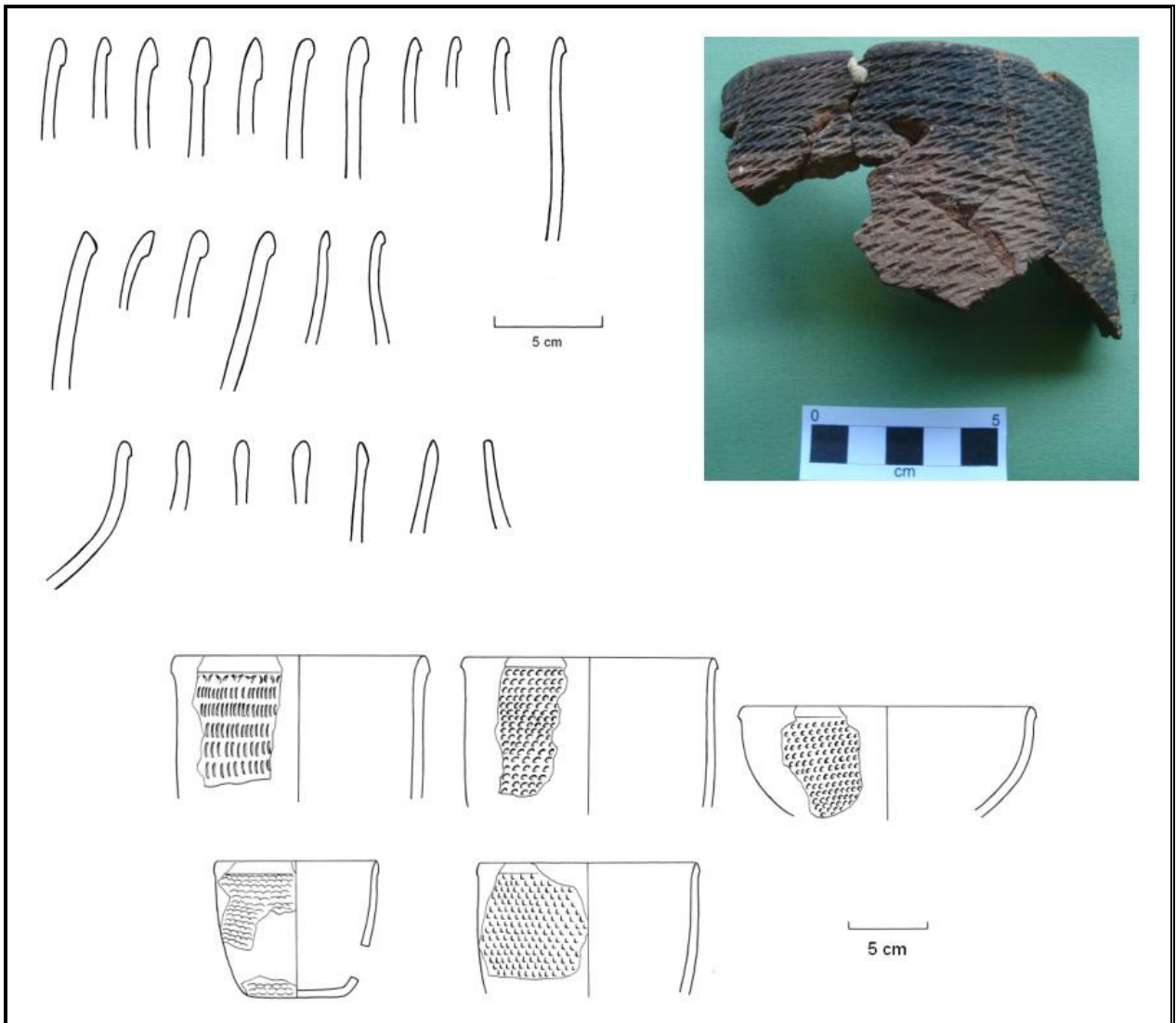


Figura 2: Bordas, formas e vasilha do conjunto 2. Foto e desenhos pelo autor.

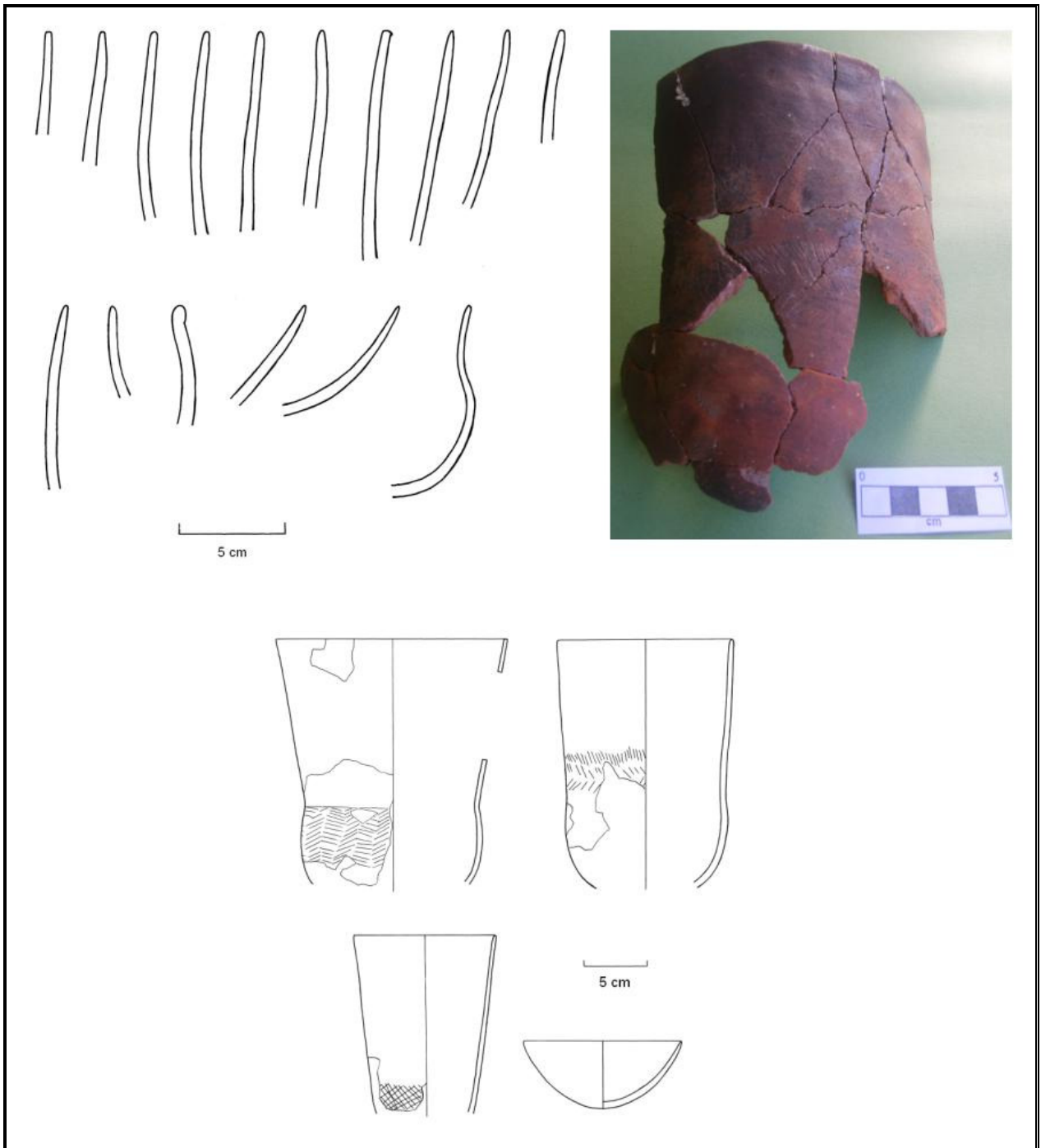


Figura 3: Bordas, formas e vasilha do conjunto 3. Foto e desenhos pelo autor.

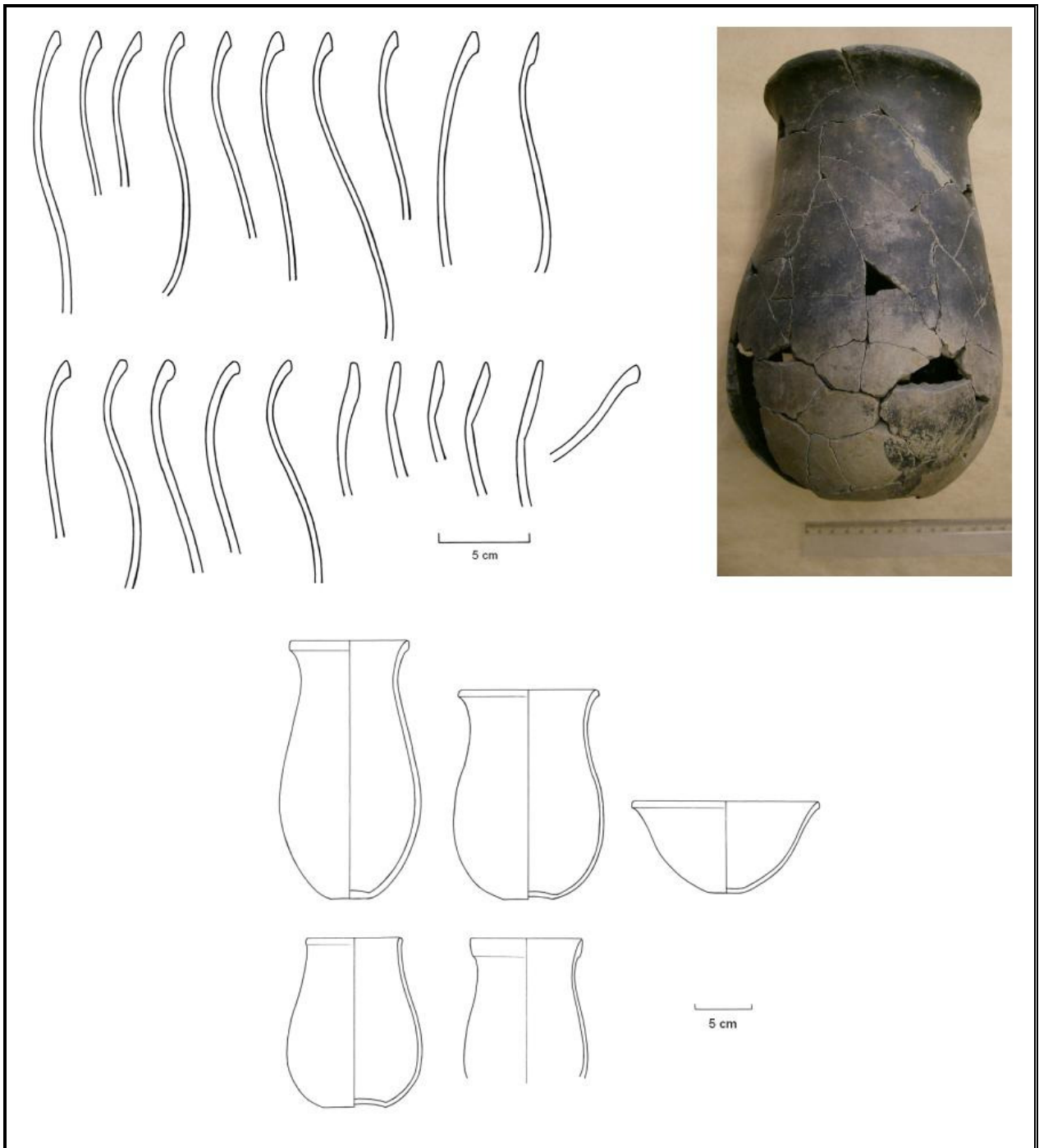


Figura 4: Bordas, formas e vasilha do conjunto 4. Foto e desenhos pelo autor.

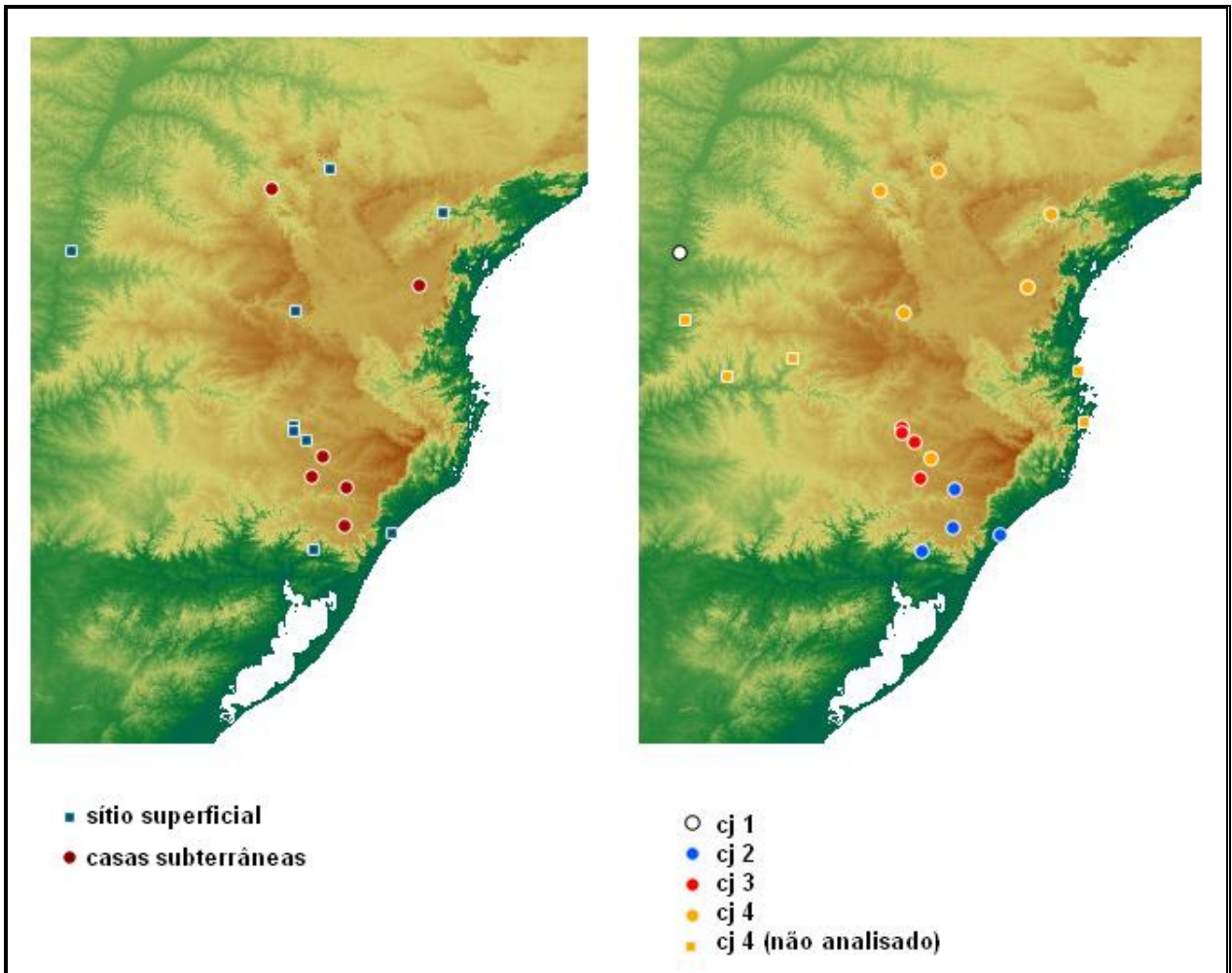


Figura 5: Mapa com a localização dos sítios cujas coleções foram analisadas e mapa com a classificação desses sítios nos conjuntos definidos após a análise. Elaborado com o software *QuantumGIS*.

Discussão

Uma sistematização desses resultados é dada nas figuras 2, 3 e 4, em que cada conjunto é ilustrado por suas formas representativas. A figura 5, por sua vez, resume a distribuição geográfica dos conjuntos. Uma vez que as características distintivas são visíveis, como forma e estrutura, tomei a liberdade de incluir alguns sítios com informações disponíveis em publicações, sempre que fosse possível, a partir delas, definir sem ambigüidade o conjunto a que pertenciam. Pude assim incluir no conjunto 2 o sítio Morro da Formiga (Rosa 2007) e ampliar a área de ocorrência do conjunto 3 para o vale do rio Canoas (De Masi 2005). Na escala em que se apresenta o mapa, contudo, essas alterações não são visíveis, de maneira que não foram

indicadas. Por outro lado, o conjunto 4 mostrou-se muito mais extenso espacialmente: pude nele incluir o sítio PM01, na província argentina de Misiones, berço do Eldoradense de Menghin, alguns dos sítios ditos “Itararé” no litoral catarinense – como a Praia da Tapera, a Praia das Laranjeiras e a Base Aérea – e a cerâmica da “Fase Itapiranga”, do oeste catarinense, além de inúmeros sítios paranaenses cuja distribuição não alterava o quadro inicial, e que portanto não foram indicados (Iriarte et al. 2008; Iriarte com. pessoal 2008; Silva et al. 1990; Schmitz et al. 1993; Beber 2004; Rohr 1966; Caldarelli & Herberts 2002; Chmyz et al. 1999, 2003, 2006, 2009; Parellada 2005).

Uma primeira observação a ser feita é que os conjuntos não possuem significado funcional. O método de análise multivariada permite prever diferentes resultados conforme as hipóteses do pesquisador e, a partir do contraste entre essas previsões e o resultado real, eliminar as hipóteses que *não* explicam o resultado (Buchanan & Collard 2007). *Se* a variabilidade fosse funcional, seria de se esperar que sítios a que se atribuem funções similares se agrupassem no gráfico – com um conjunto para casas subterrâneas, outro para sítios de superfície densos, e assim por diante (ou, se supusermos que, por serem estruturas domésticas, todos estes sítios desempenhariam a mesma função, não haveria qualquer sentido no agrupamento). Não é o que ocorre: todos os conjuntos incluem sítios de casas subterrâneas e sítios superficiais de diferentes tamanhos. Também já foi notado que o preparo de alimentos é a função do tipo mais freqüente de cada conjunto, e que há quantidades similares, entre os sítios, de formas para consumo – o que confirma que, pelo menos em relação às atividades desempenhadas, todos os sítios representam alguma forma de unidade doméstica. Tampouco se explica o resultado pela cronologia, pois todos os conjuntos são, grosso modo, contemporâneos (algumas diferenças devendo-se a questões de amostragem).

O mapa da figura 5 deixa claro que os sítios selecionados se agrupam nos conjuntos por proximidade geográfica. Seria possível questionar, assim, se a classificação aqui apresentada não é uma mera nova roupagem para as “fases” do PRONAPA, já que segue o mesmo procedimento de definir conjuntos restritos geograficamente. Embora o procedimento seja o mesmo, devemos nos perguntar qual o *significado* dessas linhas que traçamos em um mapa (Parkinson 2006). Como já mencionei, o PRONAPA era tributário do que se pode chamar de “paradigma étnico” (Jones 1997:3): pressupunha-se que a variabilidade no registro arqueológico, classificada nas “tradições”, era reflexo das atividades de diferentes grupos humanos. Essa é uma visão que, em

seu tratamento da etnicidade, pode ser definida como objetivista e primordialista, além de ser, arqueologicamente, uma interpretação da cultura material como passiva.

Tratamentos objetivistas da etnicidade são aqueles que a tomam por uma categoria *ética*, ou seja, passível de observação e definição pelo antropólogo. Os grupos étnicos seriam entidades sociais e culturais com fronteiras bem definidas, isoladas umas das outras, sem interação. Seriam facilmente observáveis por possuírem “traços culturais” próprios, como língua, cultura material e crenças. Essa visão costuma combinar-se com um primordialismo, segundo o qual a etnicidade é dada de antemão na existência de qualquer ser humano, como outros sentimentos de pertença – nacionalidade ou parentesco (Jones 1997). Na arqueologia, essa visão resulta em um tratamento passivo da cultura material. É o que se conhece como “teoria da interação-aprendizado”, segundo a qual a interação entre os artesãos se reflete diretamente na semelhança da cultura material por eles produzida, como se a cultura (pensada como compartilhamento de normas, na perspectiva boasiana) determinasse a homogeneidade do que seus “portadores” produzem (Braun 1985; Kintigh 1985).

A visão contrária, da qual compartilho, pode ser traçada até a introdução sobre “Grupos étnicos e suas fronteiras” de Fredrik Barth (1998). A etnicidade passa a ser vista como um fenômeno instrumental, no sentido de que serve para a negociação das relações sociais, econômicas, políticas, nascendo e sendo manipulada de acordo com interesses mais amplos. A identificação a um grupo étnico não é dada de antemão, como na visão anterior, mas é constantemente criada, reforçada ou manipulada. A principal observação a ser feita é que os grupos étnicos mantêm suas fronteiras apesar do constante fluxo de pessoas entre eles, o que levou Barth a concluir que os “traços culturais”, tão importantes na visão objetivista, não determinam o pertencimento a um grupo étnico. Este é antes uma forma de organização, a partir da qual são pautadas as demais relações, inclusive com outros grupos étnicos – já que, ao contrário do que propõe a tese objetivista, um grupo étnico nunca existe em isolamento, definindo-se sempre em oposição a outro, construindo-se somente durante a interação. Uma pessoa pode perfeitamente manipular, conforme seus interesses, seu pertencimento a um ou outro grupo étnico ao longo de sua vida, como demonstra o exemplo pioneiro de Leach para os *Chan e Kachin* de Mianmar, que nos força a abandonar categorias rígidas.

“Minha conclusão é que, enquanto os modelos conceituais de uma sociedade são necessariamente modelos de sistemas em equilíbrio, as

sociedades reais nunca podem estar em equilíbrio. A discrepância se relaciona ao fato de que, quando as estruturas sociais são expressas de forma cultural, a representação é imprecisa comparada com aquela dada pelas categorias exatas que o sociólogo, como cientista, gostaria de empregar” (Leach 1990:4).

É difícil, portanto, uma atribuição *ética* de etnicidade, pois nem sempre há traços visíveis dela. Deve-se antes reconhecer que essa atribuição é *êmica*, depende do ponto de vista dos próprios sujeitos. Na arqueologia, uma perspectiva que levou isso em consideração é a “teoria da troca de informações”. Ao contrário da leitura da cultura material como passiva, essa perspectiva aponta para a utilização ativa da cultura material na marcação e manutenção de identidades *percebidas* (Braun 1985; Kintigh 1985). O conceito chave nessa discussão é o de “estilo”, pois é nele que se baseia boa parte das análises sobre “troca de informações”. Binford (1962) usa o conceito de estilo para aspectos não funcionais da cultura material, portadores de informação sobre identidades grupais, e úteis para explicações que envolvam etnicidade, migração ou interação. Trata-se de uma abordagem tão normativa quanto a histórico-culturalista, deslocando para a cultura tudo aquilo que não se podia explicar pela função. Por outro lado, na abordagem de Sackett, estilo e função já não se distinguem, pois, na confecção de um artefato, o estilo se constitui de todas as escolhas feitas por um artesão que poderia obter, por métodos alternativos, o mesmo resultado – inclusive funcional (Jones 1997).

Dessa discussão, quero reter os seguintes pontos. Em primeiro lugar, a etnicidade é uma atribuição *êmica*, subjetiva, construída a partir do contraste com o(s) outro(s), e passível de manipulação. Pode ter ou não correlatos materiais. Quando diferentes grupos étnicos decidem marcar suas fronteiras através da cultura material, fazem-no ativamente, e o estilo poderá informar algo sobre isso ao arqueólogo. Mas também pode ocorrer que os grupos étnicos decidam marcar suas fronteiras de outro modo, sem correlatos materiais⁴. Seja como for, onde houver diferenças estilísticas (no sentido mais abrangente de Sackett) no registro material, o arqueólogo sempre poderá procurar entender *o que* as pessoas faziam de diferente umas das outras, e *como*

⁴ De um extremo a outro, cito dois casos emblemáticos. No Sudão, a diferença “étnica” entre os Fur e os Baggara é bem marcada. Os Fur não falam árabe e subsistem da agricultura em aldeias sedentárias. Já os Baggara falam árabe e são pastores nômades. A passagem de uma a outra categoria é perfeitamente possível, contanto que os Fur abandonem seu modo de vida sedentário, tornem-se pastores e aprendam o árabe. Já os Lue, da Tailândia, não diferem em nenhum aspecto das populações vizinhas, embora insistam na validade de sua identidade como Lue. Quando perguntados sobre o que os diferencia, citam com convicção “traços culturais” que, para espanto do pesquisador, estão presentes também em qualquer dos povos vizinhos (Eriksen 2002). O exemplo do Sudão é também discutido na introdução de Barth (1998).

faziam.

As linhas que tracei em meu mapa podem não ter significado étnico (como se supunha que tinham as fases pronapianas), mas não abandono a idéia de que tenham algum significado. A variabilidade entre os conjuntos, como já notei, não é apenas funcional (os sítios parecem ser todos de caráter doméstico, e a maioria das vasilhas era utilitária) e tem, portanto, caráter estilístico no sentido de que demarca pessoas fazendo *as mesmas coisas de modos diferentes*. Resta saber se as pessoas não estariam também fazendo *coisas diferentes*. Responderei a isso no próximo capítulo, em que examino os contextos aos quais os conjuntos cerâmicos aqui definidos estão associados, retornando, por fim, à questão da gênese e ao problema da migração.

Capítulo III

A (trans)formação das sociedades Jê do Sul

Uma vez que cada conjunto estilístico definido anteriormente se estende por uma região restrita, neste capítulo examinarei os sítios arqueológicos de cada área, seguindo uma tipologia simples que permita delimitar padrões de assentamento para cada área, e inferir os sistemas de que seriam resultantes⁵. A tipologia que utilizarei é uma simplificação do esquema proposto por Chang (1972), e se baseia nas seguintes categorias: 1) unidades de evento único (*single event*) sem ocupações anteriores ou posteriores (como acampamentos, bases de caça, etc.); 2) unidades de atividades sazonais (*single* ou *several seasonal*); 3) unidades de atividades anuais (*single yearly*), mas sem continuidade de ocupação em anos anteriores ou seguintes, exceto por abandono e retorno (*several yearly*); 4) unidades de ocupação permanente (*many-yearly*).

Conforme a relação entre essas unidades, podem-se perceber variações nas estratégias de maior ou menor mobilidade em cada sistema de assentamento, em conjunto com dados quanto a densidade populacional e subsistência. As seguintes categorias e os padrões que revelam, igualmente simplificadas de Chang (1972), servem à análise dos sistemas de assentamento, do mais móvel ao mais sedentário: 1) complexo sazonal (*seasonal settlement complex*) a) com mudanças periódicas da região de subsistência anual b) com permanência na mesma região de subsistência ao longo dos anos; 2) assentamento anual (*year-round settlement*), no entorno do qual podem-se realizar todas as atividades, podendo-se ou não relocar a base periodicamente; 3) aldeia auto-contida (*self-contained village*), com seu estereótipo no Neolítico do Levante – comunidades auto-suficientes e sem mobilidade.

Com essas ferramentas serão analisados os sítios relacionados a cada conjunto estilístico que defini nos capítulos anteriores. Após a análise dos padrões e sistemas de assentamento, será preciso situá-los cronologicamente, a partir das datas já publicadas. Os dados relativos à subsistência e uma pequena história ambiental da região completam o cenário necessário para pensarmos sobre o *processo* de (trans)formação das sociedades Jê no Sul do Brasil.

⁵ Aqui, padrão de assentamento será usado em referência à disposição (geográfica, fisiológica) não-aleatória dos sítios na paisagem natural, consistindo em um nível apenas descritivo. Por sistema de assentamento, entendem-se as

Conjunto 2

O conjunto 2 está disperso sobre três unidades distintas: o Planalto das Araucárias, formado por rochas vulcânicas do mesozóico e coberto por floresta ombrófila mista (floresta de araucária) e estepes (campos do sul do Brasil); os Patamares do Planalto, formados por rochas vulcânicas e sedimentares do mesozóico, e cobertos por floresta estacional (floresta tropical caducifólia); e a Planície Costeira, de formação sedimentar do quaternário, coberta por vegetação pioneira (IBGE 2004, 2006; CPRM 2001).

No Planalto das Araucárias, encontramos os sítios de estruturas semi-subterrâneas, freqüentemente interpretados como habitações. Seriam de fato estruturas domésticas? E qual a natureza de sua ocupação – permanente ou sazonal? Vejamos um dos primeiros sítios escavados, o sítio RS-127, em Caxias do Sul, composto por 36 estruturas. As quatro estruturas escavadas revelaram ser domésticas, apesar das diferenças de diâmetro (entre 3m e 10m). Em todas se encontraram micro-estruturas de fogueira e buracos de poste para sustentação do telhado. Em uma das casas, a presença de pinhão carbonizado fornece informações sobre a dieta. Contudo, as casas foram ocupadas em momentos distintos, talvez com até 200 anos de diferença, e pelo menos uma das casas havia sido abandonada e reocupada com um intervalo de até 400 anos (Schmitz et al. 1988).

O padrão se repete em Vacaria, no sítio RS-A-27, com 13 casas, evidenciando construções em períodos distintos e reocupações das mesmas casas após séculos (Schmitz et al. 2002). Por outro lado, em Bom Jesus, o sítio RS-NA-03 representa uma exceção, tanto em termo da função das estruturas quanto na duração de sua ocupação. Composto por quatro estruturas semi-subterrâneas, o sítio teve duas destas escavadas, uma com 7m e a outra com 18m de diâmetro. A escavação da estrutura pequena revelou refugio doméstico, micro-estrutura de fogueira no centro da casa e buracos de poste. Não havia níveis de abandono da estrutura, e a fogueira havia sido mantida na mesma posição por seis níveis consecutivos, do século IX ao XV A.D. A estrutura maior revelou 5 fogueiras em semi-círculo ao redor dos postes centrais; duas

relações funcionais entre estes sítios, cada um resultante de uma atividade distinta em um local distinto (Parsons 1972; Dias 2002).

foram datadas e se mostraram contemporâneas. Ambas as estruturas semi-subterrâneas escavadas são largamente contemporâneas, e também o são com relação às áreas de atividades externas que foram escavadas. Para a casa maior, é sugerida uma função comunal, talvez como local de reunião de membros das estruturas menores, que representariam unidades domésticas (Copé 2006).

Nos Patamares do Planalto, encontramos sítios sem estruturas subterrâneas, mas com material depositado em superfície por amplas áreas (Miller 1967). Um exemplo é o sítio Morro da Formiga, onde buracos de poste revelaram o contorno de estruturas de habitação, dentro e ao redor das quais puderam ser definidas áreas de atividades específicas relacionadas ao preparo e consumo de alimentos, em conformidade com o contexto doméstico do sítio (Rosa 2007). Esses sítios densos contrastam com a efemeridade da ocupação da Planície Costeira. Nesta área, encontram-se poucos sítios, todos com densidade de material muito baixa, associados a restos de arqueofauna (lentes de moluscos, ossos de peixes e mamíferos terrestres), configurando “concheiros” – acúmulos de pequenas dimensões, isolados, ocupados em momentos distintos (Rogge 2005).

Também são dignas de nota, no Planalto e nos Patamares, as grutas com sepultamentos, sendo emblemático o caso da Gruta do Matemático, em Bom Jesus, com 65 indivíduos, cerâmica, cestaria e outros trançados, e vestígios macroscópicos de cultivos como o milho, a cabaça e o algodão (Miller 1971). Por outro lado, a gruta RS-A-28, em Vacaria, revelou, entre os adornos encontrados junto aos mortos, colares confeccionados com conchas de moluscos marinhos, indício da relação entre as terras altas e o litoral (Beber 2004).

Observa-se assim o seguinte padrão: 1) os sítios da Planície Costeira representam unidades de evento único ou de atividades sazonais, relacionados à caça, pesca e coleta de moluscos; 2) os sítios de grandes dimensões dos Patamares representam unidades sazonais (aldeias bases); 3) alguns sítios de estruturas subterrâneas representam unidades sazonais ou anuais, mas não permanentes, e sim ocupadas repetidas vezes, ao passo que outros apresentam permanência; de todo modo, o abandono, reocupação e construção de novas casas parece ter sido a regra, e, ainda que um sítio permanecesse como base por séculos, sua constituição seria fluida, com abandono, reocupação e mudança de unidades domésticas. O sistema de assentamento se aproximaria, assim, de um complexo sazonal com bases permanentes no Planalto e nos

Patamares, mas explorando também os recursos marinhos na Planície Costeira, assemelhando-se ao modelo logístico Nunamiut (Binford 1980). A nível global, é importante notar que estruturas semi-subterrâneas se encontram sempre relacionadas a um padrão sazonal, sendo ocupadas durante o inverno, estação em que se coletam e estocam certos recursos (Gilman 1987). Este é precisamente o caso no Planalto das Araucárias, onde o pinhão pode ser coletado e estocado no inverno, conforme atestado na escavação já mencionada de uma casa subterrânea em Caxias do Sul. Outro indicador de dieta é a presença de milho na Gruta do Matemático, atestando ao menos a possibilidade de agricultura.

Conjunto 3

Uma situação muito diferente é dada pelo conjunto 3, localizado exclusivamente no domínio do Planalto das Araucárias. Aqui, encontram-se com mais frequência sítios com aglomerados de estruturas semi-subterrâneas, chegando a um máximo de 68 estruturas por sítio (Reis 2007). Ainda assim, a lógica de sua ocupação não parece ter diferido daquelas de Vacaria e Caxias: o sítio Leopoldo 5, em Pinhal da Serra, apresenta 8 estruturas semi-subterrâneas, a maior com 6m de diâmetro. Três estruturas foram escavadas e revelaram refugio doméstico e micro-estruturas de fogueira em seu centro, e em dois casos havia um nível de abandono entre duas camadas de ocupação distintas – embora não se disponha de datas (Saldanha 2005).

Nesta região, encontram-se também montículos funerários cercados por aterros circulares. Os sepultamentos são encontrados na forma de cremação, primária ou secundária, desde um único até seis no mesmo montículo, alguns com, outros sem oferendas (pequenas vasilhas), diferenças que sugerem a alguns autores possibilidade de estratificação social (De Masi 2009a). Os aterros que cercam os sepultamentos variam em diâmetro entre 15 e 30m, diferenciando-se dos círculos de terra de até 80m com outras funções rituais, e cuja construção demandaria o esforço de uma população organizada a nível regional (Copé & Souza 2009).

No vale do rio Canoas, a análise de isótopos estáveis em resíduos incrustados em cerâmica proveniente de uma casa subterrânea revelou a presença de milho e de legumes, apontando também neste caso para a utilização de cultivos (De Masi 2007).

Com esses dados em mãos, parece que o padrão difere do anterior nos seguintes aspectos:
1) ainda que as casas subterrâneas sejam, também neste caso, de uso não-permanente, o fato de

que aparecem em maior número por sítio nos leva a supor que ou sua reocupação era mais freqüente, ou novas casas eram construídas com maior freqüência, ou ambos; 2) a construção dos grandes aterros circulares rituais atesta a integração das comunidades desta região além do nível local, como no caso dos aterros Hopewell do leste dos E.U.A. (Bernardini 2004) ou dos megálitos neolíticos da Europa ocidental (Scarre 2001). De Masi (2005, 2006) e Saldanha (2005) vislumbram, para a região, um sistema de assentamento em que a Planície Costeira estaria excluída, restringindo-se a mobilidade dos grupos ao domínio do Planalto das Araucárias. Isso não exclui a sazonalidade, uma vez que há sítios lito-cerâmicos superficiais na região de dimensões comparáveis àqueles dos Patamares, apenas reduz a escala do território explorado pelos grupos locais.

Conjunto 4

O conjunto 4 se estende, além do Planalto das Araucárias, de seus Patamares e da Planície Costeira, descritos anteriormente, pelo Planalto do Paraná, também de formação vulcânica mesozóica, mas coberto por floresta estacional, e pela Serra do Mar, formada por rochas plutônicas e metamórficas do pré-cambriano, coberta por floresta ombrófila (floresta tropical) (IBGE 2004, 2006; CPRM 2001). Evidentemente se encontram especificidades locais nessa imensa área: no sudoeste do Paraná, por exemplo, o padrão de assentamento se aproxima daquele descrito para o conjunto 3, com aglomerados de casas subterrâneas e complexos de aterros e montículos (Chmyz 1968, 1979). A análise aqui se centrará no leste paranaense e no litoral, regiões para as quais se dispõe de informação de melhor qualidade.

Mesmo nos pontos mais íngremes da Serra do Mar, a ocupação Itararé-Taquara nas terras altas do Paraná é conspícua. A alta densidade de sítios lito-cerâmicos superficiais não corresponde, contudo, a uma ocupação densa, e sim à alta mobilidade. Parellada (2005) constata sítios de diferentes dimensões que tipologicamente corresponderiam a aldeias e acampamentos. Não me parece haver uma distribuição espacial clara, e o fato de que dois dos sítios de habitação datados revelaram-se ocupados em momentos distintos sugere que mesmo as “aldeias” não seriam permanentes, periodicamente deslocando-se para abranger novos territórios de exploração anual (para um argumento contrário, ver Robrahn 1989).

O sítio PR-BS-2, situado à beira do rio Ribeira, teve uma área ampla escavada,

fornecendo informações sobre a natureza da ocupação nas “aldeias”. Uma área de 14m concentrava a maioria dos vestígios; buracos de poste marcavam o contorno de uma estrutura doméstica, com fornos e fogueiras localizados em seu exterior, além de quatro sepultamentos nos arredores. Os vestígios de alimentação eram dominados por conchas de moluscos, dando ao sítio o aspecto de um “concheiro” (Chmyz et al. 1999). Em sua estrutura, esse tipo de sítio se assemelha muito às “aldeias” dos Patamares do Planalto no Rio Grande do Sul, excetuando-se os sepultamentos.

As estruturas semi-subterrâneas da região nunca possuem grandes dimensões ou aparecem em grande número como nas áreas dos conjuntos 2 e 3. Um exemplo é sítio PR-CT-93, composto por uma única estrutura de 6m de diâmetro, embora cercada por material arqueológico disperso em superfície. Escavada, revelou 13 camadas de ocupação, todas com fogueiras centrais e refúgio doméstico; duas delas, datadas, mostraram uma diferença de até 200 anos (Chmyz et al. 2003). Outro sítio que segue esse padrão é o PR-SM-17, composto por apenas duas estruturas, com 7m de diâmetro cada. A estrutura A apresentou três camadas de ocupação pouco profundas, separadas por longos níveis de abandono. O mesmo ocorreu na estrutura B, na qual se distinguem duas camadas de ocupação, também separadas por níveis estéreis espessos, formados por lixiviação (Chmyz et al. 2009).

Os sítios com montículos e aterros são muito diferentes dos seus equivalentes sulinos, como exemplifica o sítio PR-UV-11, formado por 9 montículos alongados cercados por um aterro retangular. Ao todo, possui cerca de 18m de comprimento. Embora não se tenham encontrado vestígios inquestionáveis de sepultamentos, a mancha escura na base de um dos montículos escavados poderia ser resultante de matéria orgânica decomposta, confirmando a natureza funerária do sítio (Chmyz 1968).

O litoral de Santa Catarina apresenta um padrão diverso do das terras altas, conforme exemplificado pelos sítios Praia da Tapera (situado na ilha de Santa Catarina) e Laranjeiras II (no litoral norte de Santa Catarina). Em ambos os sítios havia alta densidade de material arqueológico, micro-estruturas de fogueiras, restos alimentares e sepultamentos (172 na Praia da Tapera e 114 no Laranjeiras II). Os sepultamentos parecem ter sido dispostos contra as paredes das habitações, pois conformam semi-círculos ao redor dos quais se acumulam refúgio secundário e restos alimentares. Algumas casas estariam sobrepostas, indicando abandono e reconstrução. A

quantidade de sepultamentos por casa atesta um longo período de permanência nos sítios - entre 200 e 500 anos, conforme as datações da Praia da Tapera (Silva et al. 1990; Schmitz et al. 1993). De fato, o sepultamento de familiares sob o piso da residência e o abandono de residências com sua reconstrução em outro ponto da mesma aldeia são características freqüentes de populações sedentárias, seja no neolítico da Europa central, seja entre sociedades indígenas atuais da América do Sul. A análise de isótopos estáveis em esqueletos provenientes das terras altas e das terras baixas demonstrou que a dieta dos indivíduos destas duas regiões era, como um todo, diferenciada e baseada em recursos locais (De Masi 2009b), o que significa que não havia amplos deslocamentos, contatos sendo feitos pelo trânsito de poucos indivíduos de uma a outra região (conforme atestado por análise de isótopos de estrôncio em esqueletos do sítio Forte Marechal Luz cf. Bastos et al. 2009).

O padrão resultante apresenta as seguintes características distintivas: 1) nas terras altas, os sítios superficiais de grandes dimensões representariam unidades sazonais ou anuais, mas nunca permanentes, e sítios pequenos suas respectivas áreas de atividades (unidades de evento único), embora mesmo os sítios grandes, como o PR-BS-2, correspondam a populações pequenas, talvez uma única unidade doméstica; 2) os sítios de casas subterrâneas eram ocupados de modo efêmero, esporso, certamente representando unidades sazonais com reocupações; se a quantidade e tamanho das casas dá alguma indicação quanto ao tamanho da população, pode-se dizer que a densidade populacional nesta região era muito mais baixa que a abrangida pelos outros conjuntos; 3) os sepultamentos em montículos aglomeravam-se em determinado local, talvez como resultado de sucessivos retornos, sendo por fim cercados, mas nunca mostrando a monumentalidade dos aterros circulares mais ao sul. Nada poderia ser mais distante do padrão das terras altas do que o litoral catarinense: é aqui que encontramos o tipo de sítio mais próximo da “aldeia auto-contida” – assentamentos permanentes, dependentes de recursos próximos (marinhos e provenientes da mata atlântica), com espaços rituais internos à aldeia (sepultamentos no interior das próprias casas).

Discussão

A homogeneidade sugerida pelos rótulos tradicionais (“Tradição Itararé-Taquara”) se quebra quando observamos em maior detalhe os padrões locais. As variações estilísticas na

cerâmica correspondem (com exceção do litoral catarinense) a diferentes modos de estabelecimento no território, diferentes sistemas de assentamento. Podemos aplicar a essa situação o conceito de *províncias* arqueológicas (Brunson 1985) – zonas dentro das quais ocorre maior troca de bens e informações do que com as zonas vizinhas, embora sem que cada uma corresponda a uma entidade fechada do tipo “tribo” ou “bando”, como queriam as classificações do PRONAPA.

Apesar de artefatos utilitários não serem comumente utilizados como diacrítico étnico, é interessante observar que as províncias identificadas condizem com atributos visíveis específicos na cerâmica, os mais propícios para demarcação ativa de fronteiras étnicas (Parkinson 2006). Dentro desse referencial, deve-se notar que o conjunto 4 é, ao mesmo tempo, o mais homogêneo e o que abrange um território mais amplo; isso sugere laços compartilhados por um amplo território, como é comum entre populações pouco densas e bastante móveis, que mantêm laços de casamento e troca de informações através de longas distâncias (Aldenderfer 2008) – o que foi confirmado por uma linha de evidência independente, a análise dos sistemas de assentamento. O oposto ocorre com os conjuntos 2 e 3, e a análise dos padrões de assentamento confirmou tratar-se de grupos menos móveis e mais densos.

Quando se tomam em consideração as datas até o momento publicadas para a Tradição Itararé-Taquara (organizadas por Estado nas figuras 6, 7 e 8), nenhum padrão emerge. Datas a partir do século V A.D. aparecem por toda a região sul, e algumas datas mais antigas se concentram no Paraná e no Rio Grande do Sul. Embora Araujo (2007) argumente que as datas mais antigas se encontram no Rio Grande do Sul devido à maior intensidade das pesquisas na região, acredito que esse fator influencia não na antigüidade das datas, e sim no preenchimento de lacunas. Por essa razão, encontramos uma seqüência sem solução de continuidade do século V ao XV A.D. para o nordeste do Rio Grande do Sul, nos arredores do município de Caxias, onde algumas das primeiras pesquisas foram realizadas.

Será possível que estejamos tratando não de uma migração, mas da adoção, mais ou menos simultânea, de um modo de vida que inclui, em seu “pacote”, a cerâmica, a dependência (ao menos parcial) de cultivos, e um grau menor de mobilidade em relação ao modo de vida caçador-coletor que predominava na região desde a colonização paleoíndia? Uma explicação evolucionista consideraria essa uma mudança inevitável, e eu cairia no mesmo erro se não

apontasse para um bom motivo pelo qual uma mudança deve ter ocorrido. O final desta monografia é dedicado, portanto, a encontrar bons motivos pelos quais as coisas foram como foram no Brasil meridional.

Gênese

As análises regionais do material arqueológico e dos padrões de assentamento serão agora complementadas por dados relativos ao ambiente, ou melhor, à interação entre homem e ambiente, a partir de colunas polínicas – úteis para a reconstrução de paleo-ambientes – e de fitólitos e isótopos estáveis em cerâmica e no colágeno de indivíduos sepultados – dados úteis para a reconstrução da dieta.

Dez colunas polínicas obtidas no sul brasileiro atestam mudanças significativas para o período que nos interessa (Iriarte & Behling 2007). Na Serra dos Campos Gerais, Paraná, a vegetação de campos progressivamente deu lugar à floresta de Araucária a partir de 510 A.D. Em Santa Catarina, na Serra do Rio do Rastro e no Morro da Igreja, a floresta de Araucária começa a se expandir por volta de 1.050 A.D. Em Cambará do Sul, Rio Grande do Sul, os campos foram gradualmente substituídos por floresta de Araucária a partir de 850 A.D. De Masi (2005, 2006) dispõe de seqüências polínicas para o vale do rio Canoas, em Santa Catarina, embora centre sua análise em períodos mais recentes, que demonstram a maior intensidade da ação humana a partir do ano 1.000 A.D., através da redução nas florestas que até então se expandiam e na maior freqüência de queimadas não-naturais. A discussão sobre a expansão da mata de Araucária é relevante: o pinhão, recurso sazonal previsível, era constituinte importante da dieta dos grupos Jê meridionais, sendo inclusive estocado, de acordo com fontes etno-históricas (e.g. Mabilde 1983). O mesmo parece ter ocorrido em período pré-colonial, conforme evidências de pelo menos uma estrutura subterrânea, já mencionada. Isso sugere que a expansão da floresta de Araucária, conforme evidenciado no registro polínico, pode ser resultante da manipulação por grupos humanos, entrando na categoria de *floresta antropogênica* (Noelli 1999-2000). Um crescimento exponencial da floresta de Araucária entre 500 e 1.000 A.D. é seguido, assim, pela “explosão” das datas relacionadas à Tradição Itararé-Taquara em toda a região sul do Brasil, demonstrando, através de linhas independentes de evidência, o adensamento populacional ocorrido no período.

Poderíamos supor que o pinhão era um recurso estável o suficiente para manter uma

população densa e com sua mobilidade restringida, tornando a agricultura desnecessária. Contudo, este não parece ter sido o caso. A análise de fitólitos em vestígios aderidos à cerâmica do sítio PM01, em Misiones, revelou a presença de milho entre 1.240 e 1.380 cal. A.D. (Iriarte et al. 2008). Uma vez que se trata de um sítio ritual, e que o milho é um cultivo que possui conotações cerimoniais entre os atuais Jê do Brasil central, seria possível que o mesmo estivesse ocorrendo em período pré-colonial, conforme nota o próprio autor do artigo. Por outro lado, a análise de isótopos estáveis no mesmo tipo de vestígios, provenientes de uma estrutura subterrânea do vale do rio Canoas, Santa Catarina, revelou a presença de plantas C₃ (legumes) e C₄ (milho) em contexto doméstico (De Masi 2007). A análise de isótopos estáveis em colágeno de oito indivíduos sepultados em grutas no planalto catarinense também é sugestiva: a partir de 660 A.D. dois indivíduos apresentam indícios de consumo de milho (De Masi 2007). Isso confirma a antigüidade da agricultura entre os Jê meridionais, cujo repertório de cultivos incluía, conforme os registros etno-históricos, milho, feijão, mandioca e outros tubérculos, e desfaz a imagem das sociedades Jê como caçadoras e coletoras, que teriam adquirido a agricultura seja por contato com os europeus, seja por influência Tupi (Noelli 1996, 1999-2000).

Crescimento populacional, manejo da floresta de Araucária, diminuição da mobilidade e adoção da agricultura. É dentro deste processo, atestado por dados arqueológicos e paleo-ambientais, que a cerâmica aparece como mais um elemento. Não é necessário postular uma migração para explicar tal inovação na cultura material. Quando quer que tenha ocorrido a migração dos falantes de línguas Jê a partir do Brasil central, não acredito que esta tenha coincidido com a emergência da Tradição Itararé-Taquara⁶, explicável antes por processos econômicos e demográficos locais. Este é um dos modelos possíveis para explicar grandes mudanças na cultura material como alternativa à migração. Outra possibilidade é a da interação entre elites, que teria dado origem à chamada cultura *Beaker* na Europa, anteriormente interpretada como resultante da migração indo-européia, e hoje vista mais adequadamente como difusão de artefatos de prestígio (Renfrew 1987). Argumentos similares existem para o período Mississipiano do leste dos E.U.A. (Pauketat 2005), o Formativo na Mesoamérica (Flannery & Marcus 2000) e a “Tradição Policrômica Amazônica” (Neves 2008; Machado 2006).

⁶ Uma falha interna do argumento migracionista diz respeito à derivação da cerâmica Una. O fato é que as línguas Jê meridionais são antes de tudo aparentadas às línguas Jê centrais e setentrionais, cujos falantes estariam representados, no registro arqueológico, pela Tradição Aratu-Sapucaí. Se a migração explicasse a difusão da

No caso do Brasil meridional, a emergência de estilos locais é condizente com o cenário exposto: conforme uma população se adensa, reduzem-se o território e as redes de interação dos grupos locais, resultando nas “províncias” estilísticas, caracterizadas, entre outras coisas, pela marcação intencional de fronteiras através de atributos específicos na cerâmica (Parkinson 2006; Aldenderfer 2008). Alguns desses atributos, como as decorações plásticas, estão constituídos de um repertório de grafismos que mais tarde desembocarão no moderno sistema de representações dos Kaingang e Xokleng, onde adquirem importantes conotações sociais, marcando o pertencimento às metades exogâmicas e às sub-metades rituais (Silva 2001). Um dos objetivos da parte final desta monografia foi oferecer essa visão de longa duração: nenhuma sociedade deve ser entendida como estática e chegando “pronta” de onde quer que venha, mas como estando sempre em *(trans)formação*.

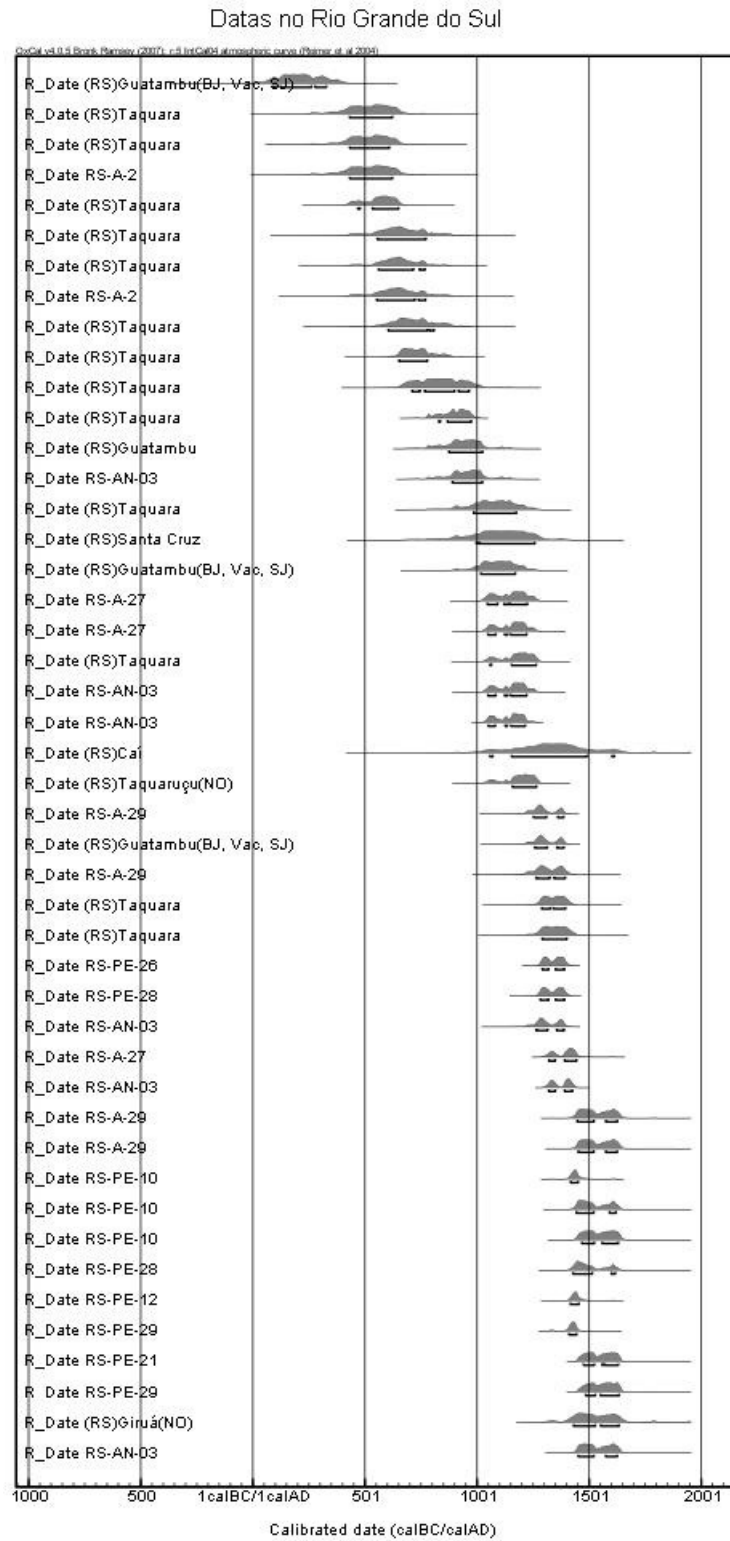


Figura 6: Datas publicadas para a Tradição Itararé-Taquara no Rio Grande do Sul (Rogge 2004; Beber 2004; Araujo 2007; Schmitz et al. 2002; Copé 2006). Calibradas com o software *OxCal*.

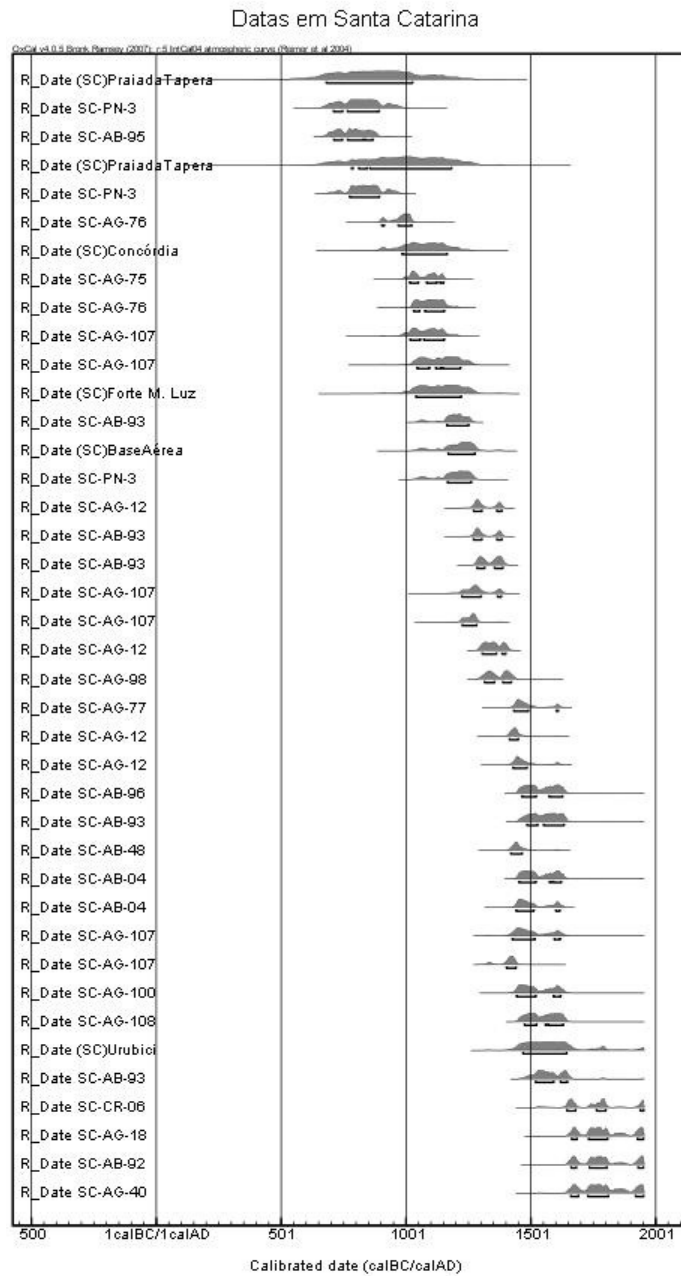


Figura 7: Datas publicadas para a Tradição Itararé-Taquara em Santa Catarina (Beber 2004; Araujo 2007; De Masi 2005; Herberts & Muller 2007). Calibradas com o software *OxCal*.

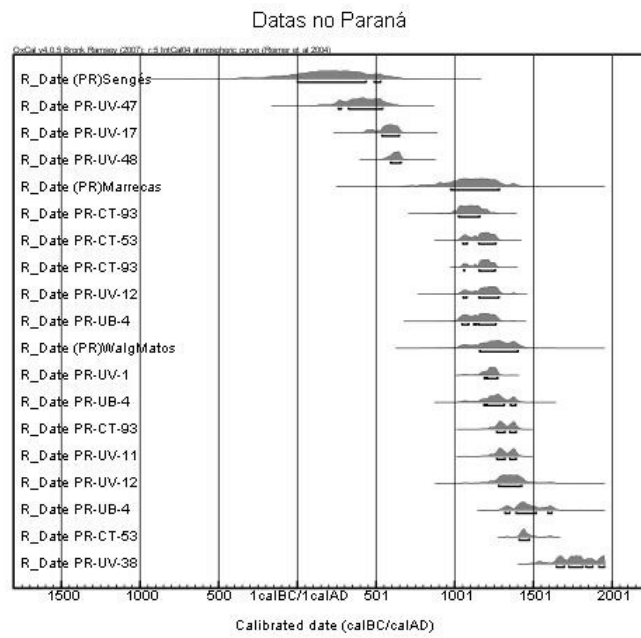


Figura 8: Datas publicadas para a Tradição Itararé-Taquara no Paraná (Beber 2004; Araujo 2007; Chmyz et al. 2003, 2009; Parellada 2005).

Conclusão

Retomo agora os pontos principais da discussão. Em primeiro lugar, a associação entre a cerâmica Itararé-Taquara e os falantes de línguas Jê meridionais, atualmente representados pelos Kaingang e Xokleng. Desde o início da dispersão desta cerâmica pelo sul do Brasil (logo no início da era cristã), não parece ter havido nenhuma mudança abrupta no registro arqueológico até o início do período colonial – com exceção do aumento no número de sítios a partir do ano 1.000 A.D., o que se pode atribuir não a uma migração, mas ao crescimento demográfico local e à intensificação no manejo e produção dos recursos (conforme explicado no capítulo III). Assim, a associação se sustenta, mas isso não significa que a chegada dos falantes de línguas Jê meridionais e a dispersão da cerâmica constituam um mesmo evento.

Parecia-me fácil demais explicar parte da pré-história do sul a partir da chegada de grupos Jê “portando” todos os elementos que se consideram “diagnósticos” da Tradição Itararé-Taquara (como ficou consagrado o rótulo do PRONAPA), desde a cerâmica até as casas subterrâneas. Para entender o “como” e o “por que” da emergência da dita tradição, parti para minha própria análise do material arqueológico, e para seu cruzamento com dados relativos aos sítios, seus padrões e os sistemas de assentamento disponíveis em publicações. Os resultados da análise tornaram clara a existência de estilos locais, alguns mais extensos em termos de território, outros menos. As “fases” pronapianas seguiam mais ou menos o mesmo esquema, mas eram interpretadas como representantes de “tribos” dentro da grande “nação” indígena que uma tradição representaria. Um exemplo seria a identificação da Tradição Casa de Pedra aos Kaingang e da Tradição Itararé aos Xokleng, como se estas identidades existissem congeladas desde o período pré-colonial, e como se tivessem necessariamente correlatos materiais.

Os conjuntos estilísticos com que trabalhei pareciam coincidir, territorialmente, com diferentes padrões de assentamento, como se certos conjuntos de grupos locais no passado, com dinâmica semelhante de uso do espaço, compartilhassem também atributos visíveis (estilísticos) na cerâmica; os atributos invisíveis (tecnológicos), por outro lado, são homogêneos por toda a região sul. Isso pode indicar uma dispersão rápida da tecnologia da cerâmica, com o posterior desenvolvimento de estilos locais. Os conjuntos locais – fases – eram considerados pelo PRONAPA como sucessões de “tribos” no tempo e no espaço; minha análise demonstrou que

são, contudo, amplamente contemporâneos. Tudo isso parece indicar que, após a difusão da tecnologia da cerâmica, os grupos que a adotaram deram-lhe expressões particulares, não como reflexo passivo de alguma etnicidade, mas como marca intencional das redes de relações que mantinham ou não com grupos vizinhos. Assim, podemos abandonar o vocabulário arcaico do PRONAPA com suas “tribos” e “nações”, e abandonar talvez qualquer atribuição étnica que não existe senão na mente do pesquisador, para ver em primeiro lugar aquilo que a pesquisa arqueológica possibilita: o que as pessoas no passado faziam, se faziam coisas diferentes, ou se faziam as mesmas coisas de diferentes modos, e como interagiam umas com as outras. A partir disso podem-se construir conceitos e modelos.

Quando a cerâmica é adotada no sul, é em um contexto de progressiva sedentarização, talvez devido ao crescimento populacional, que se tornará mais visível depois através do manejo intensivo da floresta de araucária, desembocando na adoção de cultivos como o milho. O investimento em construções de terra – casas subterrâneas, montículos funerários e aterros geométricos – faz parte desse processo. Não é preciso postular uma migração para dar conta desses fenômenos locais. É possível que a cerâmica tenha se difundido entre falantes Jê já estabelecidos, como supunha Brochado, embora seu modelo necessite de atualizações em termos de dados e das classificações da lingüística, hoje revistas.

Se ao longo deste trabalho ficou claro o potencial da reanálise de materiais arqueológicos, de seu cruzamento com informações sobre os sítios e padrões de assentamento locais, dos sistemas que revelam, do uso de dados paleoambientais, e do posterior diálogo com outras disciplinas para construir modelos “de baixo para cima”, ou seja, a partir dos fenômenos que queremos estudar, e não exclusivamente dos (pre)conceitos prévios, então acredito que pelo menos os objetivos principais foram cumpridos.

Bibliografia

Aldenderfer, M. S. (2008) “High elevation foraging societies”. In Silverman, H. (ed.) *Handbook of South American Archaeology*. Nova York: Springer. pp. 131-144.

Araujo, A. G. M. (2007) “A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil”. In *Revista de Arqueologia* 20:9-38.

Arnold, D. E. (1988) *Ceramic theory and cultural process*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barreto, C. (1999-2000) “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil”. In *Revista da USP* 44:32-51.

Barth, F. (1998) “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In Poutignat, P. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP. pp. 188-227.

Bastos, M. Q. R.; Mendonça de Souza, S. M. F.; Santos, R. V.; Carvalho, C. R. F. (2009) “Mobilidade humana no litoral brasileiro: análise de isótopos de estrôncio em remanescentes esqueléticos humanos do sítio Forte Marechal Luz”. Apresentação no XV Congresso da SAB.

Beber, M. V. (2004) *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé*. Tese de Doutorado: UNISINOS.

Binford, L. (1962) “Archaeology as anthropology”. In *American Antiquity* 28(2):217-225.

Binford, L. (1980) “Willow smoke and dogs’ tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation”. In *American Antiquity* 45(1):4-20.

Braun, D. (1985) “Ceramic decorative diversity and Illinois Woodland regional integration”. In Nelson, B. A. (ed.) *Decoding prehistoric ceramics*. Carbondale: Southern Illinois University Press. pp. 128-153.

Brochado, J. J. J. P. (1984) *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de doutorado: University of Illinois.

Brunson, J. L. (1985) “Corrugated ceramics as indicators of interaction spheres”. In Nelson, B. A. (ed.) *Decoding prehistoric ceramics*. Carbondale: Southern Illinois University Press. pp. 102-127.

Buchanan, B.; Collard, M. (2007) “Investigating the peopling of North America through cladistic analyses of Early Paleoindian projectile points”. In *Journal of Anthropological Archaeology* 26(3):366-393.

Caldarelli, S. B.; Herberts, A. L. (2002) “Estruturas habitacionais escavadas na Bacia do Rio Chapecó, extremo oeste catarinense”. In *Pesquisas: Antropologia* 58:139-156.

Chmyz, I. (1968) “Subsídios para o estudo arqueológico do vale do rio Iguazu”. In *Revista do CEPA (PR)* 1:31-52.

Chmyz, I. (1979) *Quarto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu*.

Chmyz, I.; Perota, C.; Mueller, H. I.; Rocha, M. L. F. (1968) “Notas sobre a arqueologia do vale do rio Itararé”. In *Revista do CEPA (PR)* 1:7-23.

Chmyz, I.; Bora, E.; Ceccon, R. S.; Sganzerla, E. M.; Volcov, J. E. (2003) “A arqueologia da área do aterro sanitário da região metropolitana de Curitiba, em Mandirituba, Paraná”. *Revista do CEPA (PR)* 2:1-138.

Chmyz, I.; Sganzerla, E. M.; Volcov, J. E. (1999) *Arqueologia da área prioritária – Projeto Hidroelétrico Tijuco Alto – Rio Ribeira – São Paulo – Paraná*. Curitiba: CEPA/CBA/FUNPAR.

Chmyz, I.; Sganzerla, E. M.; Volcov, J. E.; Bora, E.; Ceccon, R. S. (2006) *Relatório técnico final sobre o Projeto de Salvamento Arqueológico efetuado na área diretamente afetada pela LT KV 750 Ivaiporã-Itaberá III*. Curitiba: FURNAS/CEPA/FUNPAR.

Chmyz, I.; Sganzerla, E. M.; Volcov, J. E.; Bora, E.; Ceccon, R. S. (2009) *Relatório final do projeto de salvamento arqueológico na área de implantação da Mina Dois Irmãos, em São Mateus do Sul – Paraná*.

Copé, S. M. (2006) *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de Doutorado: Université de Paris I Panthéon-Sorbonne.

Copé, S. M.; Souza, J. G. (2009) “Monumentos como esforço coletivo: a formação das sociedades Jê meridionais”. Apresentação no XV Congresso da SAB.

CPRM (2001) *Mapa geológico da América do Sul*.

Crystal, D. (2002) *The Cambridge encyclopedia of language*. Cambridge: Cambridge University Press.

D’Angelis, W. R. (2003) “O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica”. In *III Encontro Macro-Jê*.

Davis, I. (1966) “Comparative Jê phonology”. In *Estudos Lingüísticos* 1:10-24.

De Masi, M. A. N. (2005) *Relatório final do projeto de salvamento arqueológico UHE Campos Novos*.

De Masi, M. A. N. (org.) (2006) *Xokleng 2860 a.C.: as Terras Altas do Sul do Brasil*. Tubarão: Ed. UNISUL.

De Masi, M. A. N. (2007) “Análise de isótopos estáveis de $^{13}/^{12}\text{C}$ e $^{15}/^{14}\text{N}$ em resíduos de incrustações carbonizadas de fundo de recipientes cerâmicos das Terras Altas do Sul do Brasil”. In *XIV Congresso da SAB*.

De Masi, M. A. N. (2009a) “Centros cerimoniais do planalto meridional: uma análise intrasítio”. In *Revista de Arqueologia* 22(1):99-114.

De Masi, M. A. N. (2009b) “As terras altas do sul do Brasil e o Litoral de Santa Catarina, a arqueologia dos mortos e evidências de hierarquia social”. Apresentação no XV Congresso da SAB.

Dias, A. S. (2002) “Modelos de mobilidade e sistema de assentamento e suas implicações para o estudo das sociedades caçadoras-coletoras do sul do Brasil”. In *Revista do CEPA* 26(35/36):34-104.

Eriksen, T. H. (2002) *Ethnicity and nationalism: anthropological perspectives*. Londres: Pluto Press.

Fernandes, R. C.; Almeida, L. K.; Sacchi, A. C. (1999) “Casa e ritual: um estudo sobre os papéis de gênero na construção da sociabilidade Kaingang”. In *III Reunión de Antropología del Mercosur*.

Flannery, K. V.; Marcus, J. (2000) “Formative Mexican Chiefdoms and the Myth of the Mother Culture”. In *Journal of Anthropological Archaeology* 19:1-37.

Gilman, P. A. (1987) “Architecture as artifact: pit structures and pueblos in the American Southwest”. In *American Antiquity* 53(3):538-564.

Haas, M. R. (1969) *The prehistory of languages*. Paris: Mouton.

Iriarte, J.; Behling, H. (2007) “The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition”. In *Environmental Archaeology* 12(2):115-127.

Iriarte, J.; Marozzi, O.; Gillam, C. (2008) “Monumental burial and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands”. In *Antiquity* 82:947-961.

IBGE (2004) *Mapa de vegetação do Brasil*.

IBGE (2006) *Mapa de unidades de relevo do Brasil*.

Jacques, C. C. (2007) *As pessoas e as coisas: análise espacial em dois sítios arqueológicos, Santo Antônio da Patrulha, RS*. Dissertação de Mestrado: PUCRS.

Jones, S. (1997) *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge.

Kintigh, K. (1985) “Social structure, the structure of style, and stylistic patterns in Cibola pottery”. In Nelson, B. A. (ed.) *Decoding prehistoric ceramics*. Carbondale: Southern Illinois

University Press. pp. 35-74.

Leach, E. (1990) *Political systems of highland Burma: a study of kachin social structure*. Londres: Athlone Press.

Lévi-Strauss, C. (2003) “As organizações dualistas existem?” In *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Lowie, R. H. (1946) “The northwestern and central Ge”. In Steward, J. (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office. pp. 477-517.

Mabilde, P. A. (1983) “Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866”. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória.

Machado, J. S. (2006) “Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia”. In *Revista de Antropologia* 49(2):755-786.

Martius, C. F. P. (1867) *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*. V. II. Leipzig: Friedrich Fleischer.

Maybury-Lewis, D. (1979) *Dialectical Societies*. Cambridge: Harvard University Press.

Meggers, B. J.; Evans, C. (1970) *Como interpretar a linguagem da cerâmica: manual para arqueólogos*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution.

Métraux, A. (1946) “The Caingang”. In Steward, J. (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office. pp. 445-475.

Miller, E. T. (1967) “Pesquisas arqueológicas efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul”. In *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados preliminares do primeiro ano (1965-1966)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Miller, E. T. (1971) “Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (rios Uruguai, Pelotas e das Antas)”. In *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados preliminares do quarto ano (1968-1969)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Neves, E. G. (2008) “Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-term History, and Political Change in the Amazonian Floodplain”. In Silverman, H. (ed.) *Handbook of South American Archaeology*. Nova York: Springer. pp. 359-379.

Nimuendaju, C. (1946) *The eastern Timbira*. Berkeley: University of California Press.

Nimuendaju, C. (1993) *Etnografia e indigenismo*. Campinas: Ed. UNICAMP.

Noelli, F. S. (1996) “Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia”. In *Estudos Ibero-Americanos* 22(1):13-25.

- Noelli, F. S. (1999) “Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar”. In *Revista do MAE* 3:285-302.
- Noelli, F. S. (1999-2000) “A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1972-2000”. In *Revista da USP* 44:218-269.
- Parellada, C. I. (2005) *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. Tese de Doutorado: USP.
- Parellada, C. I. (2008) “Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense”. In *Revista de Arqueologia* 21(1):97-111.
- Parkinson, W. A. (2006) “Tribal boundaries: Stylistic variability and social boundary maintenance during the transition to the Copper Age on the Great Hungarian Plain”. In *Journal of Anthropological Archaeology* 25(1):33-58.
- Parsons, J. R. (1972) “Archaeological settlement patterns”. In *Annual Review of Anthropology* 1:127-150.
- Pauketat, T. (2005) “The forgotten history of the Mississippians”. In Pauketat, T. & Loren, D. (ed.) *North American Archaeology*. Oxford: Blackwell. pp. 187-211.
- Reis, M. J. (2007) *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Erechim: Habilis.
- Reis, J. A. (1997) “... Guaianá, Buraco de Bugre, Kaingang/Xokleng: ... qual ancestralidade? ... qual analogia? ... de que campo pode-se falar? ...”. In *Revista do CEPA (Santa Cruz do Sul)* 21(26):35-90.
- Renfrew, C. (1987) *Archaeology and Language: the Puzzle of Indo-European Origins*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ribeiro, E. R. (2006) “Macro-Jê”. In Brown, K. (org.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Elsevier. pp. 422-426.
- Ribeiro, P. A. M. (2000) “A Tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil”. In *Revista de Arqueologia Americana* 17-19:9-49.
- Ribeiro, P. A. M. & Ribeiro, C. T. (1985) “Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil”. In *Revista do CEPA* 12: 49-105.
- Rice, P. M. (1987) *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press.
- Robrahn, E. M. (1989) *A ocupação pré-colonial do vale do Rio Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso*. Dissertação de Mestrado: USP.
- Robrahn-González, E. M. (1996) “Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro”. In *Revista do MAE* 6:83-122.

- Rogge, J. H. (2004) *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado: UNISINOS.
- Rogge, J. H. (2005) “Os sítios arqueológicos estudados no litoral central”. In *Pesquisas: Antropologia* 63:133-178.
- Rohr, J. A. (1966) “Os sítios arqueológicos do município de Itapiranga”. In *Pesquisas: Antropologia* 15.
- Rohr, J. A. (1971) “Os sítios arqueológicos do Planalto catarinense”. In *Pesquisas: Antropologia* 24.
- Rosa, C. A. D. (2007) *Pessoas, coisas e um lugar: uma interpretação para a ocupação pré-colonial no sítio arqueológico Morro da Formiga, Taquara, RS*. Dissertação de Mestrado: PUCRS.
- Saldanha, J. D. M. (2005) *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado: PUCRS.
- Schmitz, P. I. (1988) “As Tradições ceramistas do Planalto sul-brasileiro”. In *Documentos* 2:75-130.
- Schmitz, P. I.; Becker, I. I. B. (2006) “Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara”. In *Documentos* 05:65-99.
- Schmitz, P. I.; Becker, I. I. B.; La Sálvia, F.; Lazzarotto, D.; Ribeiro, P. A. M. (1988) “Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul”. In *Documentos* 2:5-74.
- Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; Rosa, A. O.; Beber, M. V.; Mahus, J.; Arnt, F. V. (2002) “O projeto Vacaria”. In *Pesquisas: Antropologia* 58:11-106.
- Schmitz, P. I.; Verardi, I.; De Masi, M. A. N.; Rogge, J. H.; Jacobus, A. L. (1993) “O sítio da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da tradição ceramista Itararé”. In *Pesquisas: Antropologia* 49.
- Shepard, A. O. (1956) *Ceramics for the archaeologist*. Washington D.C.: Carnegie Institution of Washington.
- Silva, S. B.; Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; De Masi, M. A. N.; Jacobus, A. L. (1990) “O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani”. In *Pesquisas: Antropologia* 45.
- Silva, S. B. (2001) *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado: USP.
- Skibo, J. M. (1992) *Pottery function: a use-alteration perspective*. Nova York: Plenum Press.
- Trigger, B. G. (2004) *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus.

Urban, G. (1992) “A história da cultura brasileira segunda as línguas nativas”. In Carneiro da Cunha, M. (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 87-102.

Veiga, J. (2000) *Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais*. Tese de Doutorado: UNICAMP.

Veiga, J. (2007) “A guerra como elemento constitutivo da socialidade dos Jê Meridionais”. In Rodrigues, A. D.; Cabral, A. S. A. C. (org.) *Línguas e culturas Macro-Jê*. Brasília: UnB. pp. 109-125.

Willey, G. R.; Sabloff, J. A. (1974) *A history of american archaeology*. San Francisco: W. H. Freeman & Company.

Wylie, A. (2002) *Thinking from things: essays in the philosophy of archaeology*. University of California Press.

Anexo I: Lista de atributos para análise de cerâmica

Antiplástico

1. Mineral fino
2. Mineral grosso

Manufatura

1. Indefinido
2. Roletado

Queima

1. Totalmente oxidado
2. Oxidado externa e internamente, com núcleo reduzido
3. Oxidado externamente
4. Oxidado internamente
5. Totalmente reduzido

Forma

1. Esférica
2. Meia-esfera
3. Cônica
4. Ovóide
5. Cilíndrica
6. Meia-calota

Contorno

1. Simples
2. Infletido
3. Composto

Abertura

1. Restringida
2. Não-restringida

Forma da borda

1. Direta vertical
2. Direta inclinada externa
3. Direta inclinada interna
4. Introvertida
5. Extrovertida

Reforço de borda

1. Ausente
2. Presente

Forma do lábio

1. Plano
2. Arredondado
3. Apontado

Localização da decoração

1. Em todo o corpo da vasilha
2. Em faixa abaixo do lábio
3. Em faixa no corpo da vasilha

Decoração

1. Ungulado, pinçado
2. Ponteadado, estocado, impresso (corda ou cestaria)
3. Inciso (em zig-zag, linhas paralelas ou losangulado)

Anexo II: Tabelas de análise

	antiplástico	manufatura	queima	forma	contorno	abertura	forma da borda	reforço de borda	forma do lábio	localização da decoração	decoração
SC-AG-40-1055	1	1	2	2	1	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-752	1	1	2	1	2	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-3096	1	1	2	1	1	1	5	1	2	0	0
SC-AG-40-3272	1	2	1	1	1	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-1747	1	1	2	2	1	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-2480	2	1	2	2	1	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-505	1	1	5	2	1	2	1	1	3	0	0
SC-AG-40-2990	2	1	2	2	2	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-1138	1	1	1	5	1	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-1222	1	1	2	5	2	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-1526	1	1	2	5	2	2	2	1	2	0	0
SC-AG-40-1773	1	1	2	5	1	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-1828	1	1	1	5	2	2	2	1	1	3	3
SC-AG-40-1909	1	1	1	5	2	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-2025	1	2	2	5	2	2	2	1	2	0	0
SC-AG-40-2110	1	2	2	5	2	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-2163	1	1	1	5	2	2	2	1	2	3	3
SC-AG-40-2732	1	1	2	5	2	1	2	1	2	0	0
SC-AG-40-2770	1	2	1	5	2	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-2928	1	1	2	3	2	2	2	1	2	0	0
SC-AG-40-2929	1	1	1	5	2	2	5	1	2	0	0
SC-AG-40-2989	1	2	1	5	2	2	2	1	1	3	3
SC-AG-40-3026	1	2	2	5	2	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-3205	1	1	2	5	2	2	2	1	2	0	0
SC-AG-40-3217	1	2	2	3	1	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-3400	1	1	2	3	2	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-507	1	1	2	3	1	2	2	1	3	0	0
SC-AG-40-588	1	1	1	3	2	2	2	1	1	0	0
SC-AG-40-746	1	2	2	5	1	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-939	1	2	2	5	2	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-947	1	1	1	5	1	2	1	1	2	0	0
SC-AG-40-949	1	2	2	5	2	1	1	1	3	0	0
SC-AG-40-997	1	1	2	5	1	2	1	1	2	0	0
RS-AN-03-1846	1	1	1	5	2	2	2	1	1	3	3
RS-AN-03-1956	1	2	2	4	2	1	1	2	2	1	2
RS-AN-03-1821	1	2	1	5	1	2	2	2	3	1	1
RS-AN-03-1836	1	1	2	2	1	2	1	2	2	1	2
RS-AN-03	1	1	1	5	1	2	1	2	1	1	2
RS-AN-03	2	2	5	5	1	2	2	2	2	1	2

RS-AN-03-1823	2	1	1	5	1	2	1	2	3	1	2
RS-AN-03	2	1	1	5	2	1	2	2	2	1	2
RS-AN-03-1848	1	2	1	2	1	2	1	1	2	1	2
RS-AN-03-840	1	2	2	5	1	2	1	1	1	0	0
RS-AN-03-1836-15-76	1	2	2	6	2	2	1	1	2	0	0
RS-AN-03-860-8	1	1	2	6	2	2	1	1	1	0	0
RS-AN-03-854-2	1	2	2	6	1	2	1	1	2	0	0
RS-AN-03-1845-40	1	1	2	5	1	2	1	1	2	1	2
RS-AN-03-10-5	1	2	2	5	1	2	1	2	2	1	2
RS-PE-22-2079	1	1	2	5	2	2	2	1	2	3	2
RS-PE-22-2081	1	2	2	5	2	2	2	1	1	0	0
RS-PE-22-2092	1	2	2	5	2	2	2	1	2	0	0
RS-PE-22-2094	1	2	5	3	2	2	2	1	2	0	0
RS-139-123	1	2	2	5	2	2	2	1	2	0	0
RS-139-123	1	2	2	5	2	2	2	1	1	0	0
RS-139-123	1	2	2	5	2	2	1	1	1	0	0
RS-139-123	1	2	2	5	2	2	1	1	1	0	0
RS-139-123	1	2	2	5	2	2	1	1	2	0	0
Torres	2	2	2	5	1	2	1	2	3	1	2
Torres	1	1	2	5	2	2	2	2	3	1	2
Torres	1	1	2	5	2	2	2	2	3	1	1
Torres	2	1	2	4	2	1	3	1	1	1	1
Torres	1	1	5	5	1	2	2	2	2	1	1
Torres	1	1	2	5	1	2	1	2	2	1	2
Torres	1	2	2	5	1	2	1	2	3	1	2
Torres	1	2	2	5	1	2	2	1	3	1	1
Torres	2	1	2	5	1	2	1	2	3	1	1
RS-UP-255	1	2	2	4	2	2	2	1	2	0	0
RS-UP-255	1	1	2	4	2	1	1	2	1	0	0
RS-UP-255	1	1	2	4	3	2	2	1	2	0	0
RS-UP-255	1	1	2	4	2	2	2	2	2	0	0
RS-UP-255	1	1	2	4	3	1	2	2	1	0	0
RS-UP-255	2	1	2	4	3	2	2	2	2	0	0
RS-UP-255	1	1	2	4	2	2	2	2	1	0	0
RS-UP-255	2	1	2	4	2	1	1	1	2	0	0
RS-UP-255	2	1	2	4	2	1	1	1	2	0	0
RS-UP-255	1	1	2	4	2	2	2	2	2	0	0
RS-UP-255	1	2	2	4	2	2	2	2	2	0	0
RS-UP-256	1	1	2	4	2	1	2	2	3	0	0
RS-UP-256	2	1	2	4	3	2	2	2	2	0	0
RS-UP-256	1	1	2	4	2	2	1	2	1	0	0
RS-UP-256	1	1	2	4	3	1	1	2	2	0	0
T131-561-5	1	1	2	4	1	2	1	2	2	1	2
T131-461-19	1	1	2	5	1	2	1	1	2	1	1
T131-478	1	1	2	5	1	2	1	1	2	1	2
T131-462-26	1	2	1	4	1	2	2	1	3	1	2
T131-599-12	1	1	2	5	2	2	2	1	3	0	0
RS-A-2	1	2	2	5	1	2	2	2	2	1	1
RS-A-2	2	2	2	5	1	2	1	2	2	1	2

RS-A-2	1	1	1	3	2	2	2	2	3	1	2
Castelinho	1	2	2	5	1	2	1	2	3	1	1
Castelinho	1	1	2	3	1	2	2	2	3	1	1
Castelinho	1	1	2	5	1	2	1	2	2	1	1
PR-SA-8-3655	1	1	2	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3655	1	1	2	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3655	1	1	2	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3657	1	1	2	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3658	1	1	2	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-SA-8-3658	1	1	2	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-SA-8-3658	1	1	2	4	2	1	5	2	3	0	0
PR-SA-8-3658	1	1	2	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3776	1	1	2	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3776	1	1	2	4	2	2	5	2	1	0	0
PR-SA-8-3776	2	1	1	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3776	1	1	2	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3776	1	1	2	4	2	1	5	2	3	0	0
PR-SA-8-3777	1	1	2	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-SA-8-3781	1	1	2	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3776	1	1	3	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-SA-8-3776	1	1	3	6	2	2	5	2	2	0	0
PR-MR-39-4240	1	1	2	4	2	1	5	2	3	0	0
PR-MR-39-4240	1	1	2	4	2	1	5	2	3	0	0
PR-MR-39-4240	1	2	4	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-MR-39-4240	1	1	2	4	2	1	5	2	3	0	0
PR-MR-39-4240	1	1	2	6	2	2	5	2	2	0	0
PR-MR-39-4240	1	1	1	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-CT-93-4059	1	2	1	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-CT-93-4062	2	2	2	4	2	1	4	2	2	0	0
PR-CT-93-4064	1	1	2	5	2	1	5	1	2	0	0
PR-CT-93-4059	2	1	1	6	1	2	2	2	2	0	0
PR-CT-93-4062	1	2	1	6	2	2	1	2	2	0	0
PR-CT-93-4063	2	1	2	2	1	2	2	2	2	0	0
PR-CT-93-4063	1	2	1	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-CT-93-4062	2	1	2	4	2	1	5	2	1	0	0
PR-CT-93-4050	2	1	1	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-BS-2-3332	2	2	2	4	2	1	5	2	1	0	0
PR-BS-2-3332	1	1	2	4	2	1	4	2	2	0	0
PR-BS-2-3332	1	2	2	6	1	2	2	2	3	0	0
PR-BS-2-3332	1	1	2	6	2	2	5	2	1	0	0
PR-BS-2-2996	1	2	2	2	1	2	1	1	1	0	0
PR-BS-2-2996	1	1	5	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-BS-2-2996	1	1	1	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-BS-2-2996	1	2	1	6	1	2	2	1	1	0	0
PR-BS-2-2996	1	1	2	4	2	1	5	1	3	0	0
PR-BS-2-3019	1	1	2	6	2	2	5	2	3	0	0
PR-BS-2-2988	1	1	1	4	2	1	4	2	2	0	0
PR-BS-2-2988	1	2	2	2	1	2	1	2	2	0	0
PR-BS-2-2988	1	1	1	4	2	1	4	2	1	0	0
PR-BS-2-2988	1	2	2	2	1	2	1	1	2	0	0
PR-BS-2-2988	1	2	2	4	2	2	5	2	3	0	0

PR-BS-2-2988	1	1	2	4	2	1	4	2	2	0	0
PR-BS-2-2988	1	2	2	6	1	2	2	1	1	0	0
PR-BS-2-2991	1	1	2	4	2	1	5	1	2	0	0
PR-BS-2-2980	1	1	2	6	1	2	2	2	3	0	0
PR-BS-2-2980	2	1	1	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-BS-2-2980	1	1	1	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-BS-2-2980	2	2	2	4	2	1	4	2	2	0	0
PR-BS-2-2979	1	1	2	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-BS-2-2979	1	2	2	2	1	2	1	2	2	0	0
PR-BS-2-2979	2	1	1	4	2	2	1	2	3	0	0
PR-BS-2-2993	1	1	1	4	2	1	4	2	1	0	0
PR-BS-2-2993	1	1	1	4	2	2	5	1	2	0	0
PR-BS-2-2993	1	1	3	6	1	2	2	1	1	0	0
PR-BS-2-2993	1	1	1	4	2	1	2	2	3	0	0
PR-BS-2-2993	1	2	1	4	2	1	4	1	2	0	0
PR-BS-2-2993	1	2	3	6	2	2	5	2	2	0	0
PR-BS-2-2993	1	1	3	6	1	2	1	1	2	0	0
PR-BS-2-2994	1	1	2	4	2	2	5	1	2	0	0
PR-BS-2-2994	1	2	1	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-BS-2-2999	1	2	2	4	2	1	5	1	1	0	0
PR-BS-2-2999	1	2	1	4	2	1	5	1	2	0	0
PR-BS-2-3010	1	2	2	4	2	1	5	1	2	0	0
PR-BS-2-3010	1	1	1	4	2	2	5	2	3	0	0
PR-BS-2-3010	1	1	5	2	1	2	1	3	2	0	0
PR-BS-2-3015	1	2	2	4	2	1	2	2	3	0	0
PR-BS-2-3015	1	2	2	4	2	2	5	2	2	0	0
PR-FI-145-1305	1	1	2	3	1	2	4	1	2	0	0
PR-FI-145-1305	1	1	1	3	1	2	1	1	1	0	0
PR-FI-145-1305	1	1	3	2	1	2	1	1	1	0	0
PR-UV-17-495	1	2	5	4	2	1	4	2	2	2	2
PR-UV-17-496	1	2	2	4	2	1	5	2	3	2	2
PR-UV-17-498	1	1	5	4	2	1	5	1	1	2	2
PR-UV-17-496	1	1	3	4	2	1	5	2	2	0	0
PR-UV-17-498	1	1	3	4	2	2	5	1	2	0	0
PR-UV-17-495	1	1	2	4	2	2	5	1	2	0	0
PR-UV-17-496	1	1	2	5	2	2	5	2	3	0	0
PR-UV-17-498	1	2	2	4	2	1	5	1	2	0	0
PR-UV-17-496	1	1	5	4	2	1	4	2	3	0	0
PR-UV-17-497	1	2	2	6	1	2	2	1	2	0	0
RS-PE-12	2	1	2	5	2	2	1	1	1	0	0
RS-PE-12-1653-30	1	2	2	5	2	2	1	1	1	0	0
RS-PE-12-1664-14	2	1	2	5	2	2	1	1	1	0	0
RS-PE-12-1623-3	2	1	2	5	2	2	1	1	1	0	0
RS-PE-12-1612-9	1	1	2	6	1	2	2	1	2	0	0
RS-PE-12-1669-37	1	2	3	3	1	2	2	1	1	0	0
RS-PE-12-1637-30	1	1	2	6	1	2	2	1	1	0	0
RS-PE-12-1654-	1	1	2	5	2	2	2	1	1	0	0

